

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional

**JUBILAMENTO:
O INTERDITO DE UMA VIDA DE TRABALHO E
SUAS REPERCUSSÕES NA VELHICE**

Dissertação de Mestrado

Tatiana Lima Both

Porto Alegre, abril de 2004.

TATIANA LIMA BOTH

**JUBILAMENTO:
O INTERDITO DE UMA VIDA DE TRABALHO E
SUAS REPERCUSSÕES NA VELHICE**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Psicologia
Social e Institucional. Tendo como Orientador:
Prof. Dr. Sergio Antonio Carlos

Porto Alegre, abril de 2004.

JUBILAMENTO: O INTEDITO DE UMA VIDA DE TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NA VELHICE

Tatiana Lima Both

Dissertação apresentada para apreciação e parecer da Banca Examinadora

Membros da Comissão Examinadora:

Dr. Johannes Doll
Professor da UFRGS

Dra. Maria da Graça Correa Jacques
Professora da UFRGS

Dra. Vânia Beatriz Merlott Herédia
Professora da UCS

Dr. Sergio Antonio Carlos
Professor Orientador

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que foram grandes incentivadores para que realizasse esta trajetória.

Ao Professor Doutor Sergio Antonio Carlos, pela paciência, dedicação com a orientanda e principalmente por ser um modelo de atuação profissional.

Aos sujeitos desta pesquisa, sem os quais não poderia ser exequível.

Aos Professores Doutores, Johannes Doll e Maria da Graça Jacques, por terem feito apontamentos relevantes na qualificação do projeto da dissertação.

RESUMO

Este estudo buscou entender os significados atribuídos à aposentadoria obrigatória e às vivências a partir de sua determinação. Refletir sobre a passagem de uma vida de trabalho a sua ausência implica em delinear os possíveis significados do trabalho, pensar a preparação para esse momento como facilitadora do replanejamento da vida, configurar os conceitos da velhice na contemporaneidade articulados às concepções do que é ser velho em contraposição ao seu dever ser e problematizar a aposentadoria como marca social da inserção na velhice, que nela reverbera como selo de inutilidade social. Tais proposições são percebidas e delimitadas de acordo com construções sociais em momentos históricos a elas correspondentes. Os sujeitos da pesquisa foram professores, da Universidade de Passo Fundo, jubilados aos setenta anos. Os objetivos específicos da dissertação são: compreender os significados do trabalho atribuídos pelos sujeitos; identificar os conceitos referentes à velhice nas narrativas dos sujeitos; verificar se houve preparação para a aposentadoria compulsória e avaliar sua relevância para o redimensionamento da vida diante da nova perspectiva; investigar quais são os territórios ocupados por estes sujeitos após o jubramento. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semi-dirigida e, para analisar as informações obtidas optou-se pela técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (1979) e Berelson (1952). Evidenciou-se que o trabalho ao representar uma forma preponderante de desenvolver as capacidades humanas, de integração e utilidade social e de promover satisfação, o jubramento significa uma injustiça. Os entrevistados consideram-se em pleno vigor de suas capacidades intelectuais, outro fator que corrobora com esse desígnio. Em decorrência da aposentadoria compulsória, as relações sociais diminuíram com a perda dos vínculos com colegas de trabalho e com seus alunos. No entanto, a preparação para o jubramento oportuniza o

redimensionamento da vida para novas perspectivas; mas quando não realizada, as atividades exercidas carecem de sentido, pois não há ressignificação e reorganização de prioridades. Todavia, pode não ser preciso que ela seja efetivada quando o trabalho é desprovido de satisfação e a remuneração financeira é o seu maior valor. O significado do trabalho assim atribuído e a velhice concebida como período de declínio, torna o jubramento uma regra necessária e justa. Contudo, esse não deixa de ser o interdito de uma vida de trabalho e de repercutir na velhice desses professores jubilados.

Palavras chave: trabalho, jubramento e velhice.

ABSTRAT

This study sought to understand the meaning attributed to mandatory retirement and to the experiences resulting from its determination. Reflecting about the passing from a life of work to its absence implies delineating the possible meanings of work, getting ready for this moment in order to facilitate the re-planning of life, configuring the concepts of old age in the present times articulated with the concepts of what being old means in opposition to retirement as a social mark of insertion into old age, and there it reverberates as a seal of social uselessness. Such propositions are perceived and limited according to social considerations corresponding to historical moments. The surveyed subjects were professors of the Passo Fundo university who retired when they reached the age of sixty. The specific goals of the dissertation are: to enable the subjects to understand the meanings of the assigned work; to identify the concepts related to old age in the subjects narrations; to check whether there was a preparation for mandatory retirement, and to evaluate its relevance for re-measuring life before the new perspective; to investigate the new territories occupied by these subjects after their retirement. The used instrument for the data collection was a semi-guided interview and, to analyze the obtained information, the technique of centered analysis was chosen, according to Bardin (1979) and Berelson (1952). It became evident that retirement means an injustice, since work represents a prevailing way to develop human capacities, integration, social usefulness and to promote satisfaction. The fact that the subjects consider themselves in full vigor of their intellectual abilities is another fact that supports this purpose. As a result of mandatory retirement, the social relationship decreased as they lost links to their work mates and their students. However, preparation for retirement gives the opportunity to re-measure life for new perspectives; but when it is not done, the exercised activities lack a meaning, because there

is no re- meaning and reorganization of priorities. Yet, preparation may not be necessary when the work is boring and when the financial recovery is its biggest value. The meaning of work thus assigned , and old age conceived as a period of decline, render retirement a necessary and fair rule. However, retirement is still an interdiction to a life of work and it reverberates in the old age of the retired professors.

Key-words: work, retirement and old age.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 QUADRO REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Os significados do trabalho	14
2.2 Trabalho, aposentadoria e velhice	20
2.3 A preparação para a aposentadoria e o lazer como possibilitador de realização pessoal	29
2.4 Velhice: uma dimensão social	33
3 QUADRO REFERENCIAL METODOLÓGICO	40
3.1 Os sujeitos da pesquisa	41
3.2 Instrumento utilizado	41
3.3 Procedimento para a coleta dos dados	43
3.4 Procedimento para a análise	44
3.5 Limitações da análise	48
4 DESVELANDO A PASSAGEM DE UMA VIDA DE TRABALHO A SUA AUSÊNCIA	49
4.1 Breve histórico da Universidade de Passo Fundo	49
4.2 O interdito de uma vida de trabalho	52
4.2.1 Trabalho: significados e satisfações	53
4.2.2 Jubilamento: significados e concepções da velhice	65
4.3 A preparação para o jubilamento como facilitador do redimensionamento da vida diante de uma nova perspectiva	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	92
ANEXO	97

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade vive-se em constante contradição entre os desígnios do ser e os do dever ser. A sociedade, em seu processo de subjetivação pautado pelo sistema capitalista e por políticas que o sustentam, aponta a velhice como fase declinante das capacidades vitais. E a aposentadoria serve como chancela, pois o descanso conquistado pelo trabalhador depois de longos anos de trabalho pode acarretar uma visão de que aquele que se aposenta, é alguém inútil socialmente. São termos que, associados, destinam ao velho os estereótipos de incapazes e inúteis. Em contraposição, esse processo de subjetivação social constrói o dever ser do velho exatamente como seu oposto: ativo, engajado em atividades que possam ser compatíveis com as dos mais jovens. A cultura de massa veicula e transparece o devir ser do homem: velho, mas por meio de práticas destinadas a evitá-lo.

Os modelos estéticos, preocupados em enaltecer, manter e “vender” a aura da juventude configuram-se em apenas uma das facetas em que a velhice se encontra desarticulada dos ditames sociais. Prepara-se na infância e na adolescência o adulto trabalhador, dentro dos esquemas de valor de produção. O aposentado, quando ausente desse enquadramento e ao não estar preparado para essa nova perspectiva, é possível, então, que se estabeleça no lugar que a própria nomenclatura o convida a habitar: os aposentos da casa. Entretanto, esse retiro não satisfaz aos mercados de consumo; bens e serviços passam a ser vendidos, vende-se o lazer e o bem-estar. Ao serem consumidos, compra-se, ao mesmo tempo, a idéia do dever ser: ativo, cheio de energia. Destina-se à velhice, quando contraposta ao dever ser, a marginalidade social.

Trata-se não apenas de territórios de existência, mas das formas de pensar e agir em habitá-los, caso contrário poderia parecer que se estivesse reduzindo-os aos espaços da casa e a um *locus* inabitável, mas na qual o velho e aposentado alcança visibilidade social: o mercado de consumo. Aponta-se para questões mais abrangentes em relação à aposentadoria: como reconstruir uma vida dedicada ao trabalho, onde significados foram criados, satisfações foram geradas e nele concretizadas? O que fazer com o tempo liberado de hábitos e rotinas?

São essas indagações que perpassam o estudo realizado com professores aposentados obrigatoriamente aos setenta anos da Universidade de Passo Fundo. Da mesma forma, instigaram a construção da questão central desta dissertação quanto ao entendimento de quais são os significados atribuídos por estes professores jubilados ao interdito de suas vidas de trabalho e quais são as repercussões deste ato na velhice destes sujeitos.

O objeto desta dissertação foi delinear os significados e as repercussões na velhice do interdito de uma vida de trabalho. Nesse sentido, estabeleceram-se como objetivos específicos do estudo:

- compreender os significados do trabalho atribuídos pelos sujeitos;
- identificar os conceitos referentes à velhice nas narrativas dos sujeitos;
- verificar se houve preparação para a aposentadoria compulsória e avaliar sua relevância para o redimensionamento da vida diante da nova perspectiva;
- investigar quais são os territórios ocupados por estes sujeitos após o jubileamento.

Construiu-se um sistema de proposições para dar consistência aos objetivos visados, compostos pelos seguintes eixos norteadores: os significados do trabalho; o trabalho como constituidor de um modelo identitário; trabalho, aposentadoria e velhice; a preparação para a aposentadoria e o lazer como possibilitador de realização pessoal e a construção social da velhice.

No primeiro eixo faz-se um breve histórico dos significados do trabalho e estabelecem-se perspectivas para os possíveis significados a ele atribuídos. Na segunda parte, procura-se demonstrar que as relações sociais e as normatizações existentes no trabalho criam e modelam a identidade de trabalhador, que é transformada quando é posta e re-posta no exercício profissional. O trabalho dimensionado como potencialmente

transformador do homem, como possibilitador de colocar em prática aspirações e desejos e como provedor de satisfação, procura demonstrar o quanto a perda de um papel profissional repercute na vida do sujeito aposentado. No entanto, são proposições que apenas a análise do significado do trabalho permite constatar.

No terceiro tópico discute-se a respeito dos termos e conceitos da velhice produzidos historicamente, acompanhando as mudanças culturais, políticas e econômicas. Mesmo dentro dos limites das contingências sociais, a velhice é vivida a partir de experiências particulares, resultando em modos heterogêneos de expressão. Pondera-se que a aposentadoria, ao proporcionar a rotatividade no mundo do trabalho, corrobora com a pressão exercida aos trabalhadores mais antigos para se aposentarem, pois esta garante sua subsistência, enquanto muitos jovens desempregados não têm como promover o seu sustento.

Neste tópico, aponta-se a aposentadoria como uma marca social da entrada na velhice e enquanto termo a ela associado, designa a velhice como um período socialmente inútil, por não mais pertencer aos processos de produção. Possivelmente por esse motivo, há na velhice uma ressignificação do trabalho, na qual, a preocupação principal é de manter-se ativo, buscando visibilidade social. Assinala-se que, embora o velho quando não mais produtor de bens e serviços, não necessariamente deixa de ser consumidor, retomando, assim, ao menos parcialmente, sua integração social no esquema de valor pautado pelo mérito produtivo e de consumo.

Para refletir sobre os rumos de um tempo liberado diante da ausência do trabalho, a preparação para a aposentadoria pode ser facilitadora do redimensionamento do tempo e das mudanças necessárias para a reorganização da vida diante desta nova perspectiva. O lazer é outro ponto discutido no quarto eixo, visto que pode ser o conjunto mais extenso e mais significativo do período pós-aposentadoria. Problematiza-se o lazer em sua disseminação na cultura de massa como produto uniformemente vendido e consumido, embora não se considere que exista a supressão da sua possibilidade de promover realização pessoal. Desvela-se, então, a preparação para aposentadoria como provedora da reorientação de valores e prioridades dos territórios de existência, que propiciem, por sua vez, sentido de pertencimento também nas atividades de lazer.

No último eixo ressalta-se a velhice como categoria socialmente construída por meio de discursos científicos produzidos e legitimados de acordo com a cultura, a

economia, a política de uma determinada sociedade. Faz-se uma breve incursão pelos preceitos relacionados ao idoso, segundo estudos teórico-empíricos, problematizando as possíveis apropriações que forças políticas e econômicas possam fazer delas para tentar modelar e estandardizar, por meio de um conjunto de práticas, o dever ser do sujeito velho. Contudo, salienta-se que sempre há escolhas a serem feitas e de acordo com elas, criam-se condições para que na última etapa do ciclo vital possa haver ocupações interessantes e significativas, potencialmente condutoras de realização pessoal.

Na metodologia descreve-se quem são os sujeitos entrevistados, a sua categoria profissional, as suas idades e tempo de jubramento. Delineia-se também o modo como a entrevista foi efetivada e as temáticas que a orientaram. Relata-se o procedimento para a coleta de dados, no qual se explicitam os motivos da escolha do grupo, os meios percorridos para contatá-los e a alteração do ponto central da pesquisa em vista da realização de uma entrevista piloto. Demonstram-se nos procedimentos para a análise os passos seguidos para a sua construção.

Para introduzir a análise, propriamente dita, fez-se necessário um “Breve histórico da Universidade de Passo Fundo”, contextualizando os sujeitos em relação à instituição onde trabalharam como professores universitários. Posteriormente, inicia-se a integração do teórico com o empírico, “Desvelando a passagem de uma vida de trabalho à sua ausência”, onde se desenvolvem as temáticas envolvidas no período de trabalho e na sua finalização e aos aspectos referentes à preparação para o jubramento, bem como as atividades exercidas pelos sujeitos atualmente.

2 QUADRO REFERENCIAL TEÓRICO

Para a realização do estudo organizou-se um conjunto de proposições referentes a trabalho, aposentadoria e velhice. As considerações são articuladas em determinados momentos, orientando modos de pensar para a posterior análise dos dados. Conceitos e problematizações delineiam-se nos possíveis significados do trabalho, constituidor de um forte modelo identitário; nas repercussões da aposentadoria referentes à vida do trabalhador e em sua dimensão social. Nesse sentido, pontua-se a preparação para a aposentadoria como dimensionadora da reorganização de prioridades, sendo inserido o lazer como um ponto para essa discussão. Desenvolvem-se questões relacionadas à inserção nos processos de subjetivação capitalístico¹, que, disseminados na cultura de massa, são potencialmente produtores da construção social da velhice. Esses eixos permitem nortear os entendimentos da narrativa dos sujeitos, dar consistência às inferências e compreender as condições de possibilidade da existência de modos de pensar e agir.

2.1 Significados do trabalho

No decorrer da história, foram conferidas ao trabalho distintas significações, dependendo de uma gama de fatores políticos e sociais, além da religião, que exercem forte

¹ Termo utilizado por Guatari e Rolnik (1986), que acrescentam o sufixo “ístico” ao capitalismo por acreditarem ser preciso criar uma expressão que possa designar tanto as sociedades denominadas capitalistas, como os setores de Terceiro Mundo ou do capitalismo periférico.

influência nas concepções relacionadas ao trabalho. A etimologia do termo “trabalho” implica tortura e sofrimento, pois, em sua origem latina, *tripalium*, como aponta Albornoz (1986), era um instrumento de três dentes utilizado na agricultura e para tortura.

Essa visão do trabalho persistiu na tradição católica ao concebê-lo como castigo, tomando por base o sentido bíblico, de condenação do homem ao trabalho por ter cometido o pecado original. Mills (1969) e Albornoz (1986) registram que a Bíblia atribui ao trabalho a característica de labuta penosa, fator preponderante para o homem expiar seus pecados. No entanto, os autores demonstram que, nos primeiros anos do cristianismo, o trabalho também era considerado útil para caridade, para saúde do corpo e da alma, o que afastava a ociosidade e a preguiça do pensamento. Contudo, sendo apenas fruto do mundo terreno, não era entendido como algo digno.

Na religião protestante, o trabalho é designado como o mais alto valor moral em virtude de seus dogmas estarem voltados para as práticas terrenas; para o catolicismo, essas não traziam dignidade, por isso, o trabalho era apenas meio para expiação dos pecados. Max Weber auxilia na compreensão do valor conferido ao trabalho quando, preocupado em entender o princípio organizador do sistema capitalista, procura no *ethos* protestante o "espírito" do capitalismo. Entende que as práticas ascéticas do protestantismo orientam-se para o mundo terreno, gerando uma perspicácia nos negócios associados à piedade religiosa, pois manter-se pelo trabalho é um modo de servir a Deus. A idéia de vocação para o trabalho expressa que o seu exercício passa a ser a mais elevada atividade moral; o trabalho honesto e a atividade intensa são o sinal terreno da graça de Deus. As pessoas são mobilizadas para o sucesso e começam a comparar suas realizações — a competição torna-se um modo de vida. A acumulação do capital, o reinvestimento nos lucros e um trabalho diligente e eficaz são as leis do mercado; logo, se um empresário ou um trabalhador não estiverem dentro dessas leis, serão eliminados. A partir de então, o sistema passa a funcionar por si mesmo, sem a necessidade do suporte religioso, ou seja, o sistema capitalista se impõe (SZTOMPKA, 1998).

As relações com o trabalho modificaram-se no decorrer do processo histórico, ocupando um lugar central no sistema capitalista. Essas modificações são produzidas por regimes de verdade que legitimam ações, disseminando a verdade que querem reproduzir para manter sua sustentação na sociedade, como no caso da Reforma Protestante. A verdade do discurso protestante propagou-se no campo social, alcançando sua legitimidade

e influenciando a mutação do trabalho como castigo a mais elevada atividade moral. Esse discurso foi operacionalizado de forma a propiciar ao capitalismo uma legitimidade. De acordo com Foucault² (apud EIZIRIK, 2002), a verdade deve ser entendida como procedimentos estabelecidos para produzir e, ao mesmo tempo, regular, distribuir e operacionalizar os discursos. Esses procedimentos estão em relação circular com sistemas de poder cujos efeitos são induzidos pela própria verdade, de forma a produzi-la, sustentá-la e expandi-la, constituindo-se em um regime de verdade.

Foi no regime de verdade da Reforma Protestante que o trabalho expressou sua glorificação e, segundo Decca (1993), foi o surgimento da fábrica que fez seu suporte definitivo. A fábrica tem como imperativo hierarquizar, organizar e disciplinar o trabalho através de uma sujeição completa da figura do trabalhador. Marx (1968) permite o entendimento dessa questão ao afirmar que, na fábrica, o trabalhador não serve mais a sua ferramenta e, sim, à máquina para produzir o seu trabalho, acompanhando seu movimento; é, pois, mero complemento vivo de um mecanismo morto, o qual existe independentemente dele. É dessa forma que, segundo o autor, o sistema fabril exprime o domínio direto do capital, vindo a determinar a uniformidade, a regularidade em cada estabelecimento isoladamente considerado.

A Revolução Industrial aprimorou a tecnologia empregada no sistema fabril de tal forma que, em algumas situações, o trabalho humano, além de não ser necessário, não exige mais sua força para pôr em funcionamento a máquina. Para Marx (1968), a máquina-ferramenta foi a partida para a Revolução Industrial no século XVIII, pois o número de instrumentos para colocá-la em operação e o aumento de seu tamanho tornaram imprescindível o emprego de uma força superior à do homem. A indústria moderna apropriou-se do instrumento característico da produção, vindo a produzir máquinas por meio delas.

Arendt (1981) expressa as vicissitudes do trabalho embasando-se nas construções teóricas de pensadores que as emitem de acordo com as condições de possibilidades relativas ao período histórico em que viviam. Segundo a autora, o trabalho passou

2 FOUCAULT, M. *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

“[...] da mais humilde e desprezível posição à mais alta categoria, como a mais estimada de todas as atividades humanas, (que) começou quando Locke descobriu que é a fonte de toda a propriedade; prosseguiu quando Adam Smith afirmou que era a fonte de toda a riqueza, e atingiu seu clímax em Marx quando o trabalho passou a ser a origem de toda a produtividade e a expressão da própria humanidade do homem” (p. 139).

O controle do trabalho exercido pela produção capitalista encontrou no disciplinamento do trabalhador a articulação necessária para a maximização da produção. De acordo com Foucault (1991), as técnicas disciplinares querem trabalhar o corpo detalhadamente, em todos os seus movimentos, o que implica uma coerção ininterrupta, mais preocupada em delinear o tempo, o espaço e o movimento no processo da atividade que o seu resultado. Essas técnicas produzem a sujeição do corpo à política das coerções, por meio de mecanismos que visam modelizá-lo segundo seus próprios interesses. O corpo é manipulado numa "maquinaria de poder" que o desarticula e o recompõe de acordo com a rapidez e eficácia desejada, docilizando os corpos.

Foucault situou as sociedades disciplinares nos séculos XVIII e XIX, atingindo seu apogeu no início do século XX. Mas as disciplinas enfrentaram uma crise depois da Segunda Guerra Mundial, porque passaram a ser substituídas pelas sociedades de controle. Então, as disciplinas não ficaram mais restritas aos confinamentos (fábricas, escolas...); o controle, agora, efetiva-se ao ar livre em todos os níveis da sociedade. Algumas modificações são estabelecidas entre a disciplina e o controle: na primeira, a fábrica tem um controle interno: as forças concentravam-se em ter a mais alta produção e o mais baixo salário; na segunda, a fábrica é substituída pela empresa, que emprega o “salário por mérito” introduzindo durante o tempo todo uma rivalidade que contrapõe os indivíduos. Outra alteração está relacionada ao capitalismo, que hoje é direcionado para a sobreprodução, tendo como objetivo vender serviços e comprar ações, o que torna o mercado dispersivo; assim, a fábrica interessada pela produção cedeu lugar à empresa (DELEUZE, 1992). Ainda segundo Deleuze³ (apud NEVES, 2001), as sociedades de controle estão preocupadas em prescrever o comportamento que o sujeito deve ter por meio de um conjunto de práticas com função normativa e reguladora.

3 DELEUZE, G. *Pourparlers*. Paris: Minuit, 1990.

Foucault (1991) já assinalava a tendência da modificação das práticas disciplinares para as práticas de controle ao relatar que, desde o século XVII, a microfísica do poder de detalhamento do corpo não pára de se expandir, numa perspectiva de cobrir todo o corpo social através de arranjos sutis e de aparência inocente.

Embora as sociedades disciplinares tenham sido substituídas pelas sociedades de controle, isso não significa que não exista o disciplinamento; ele apenas é exercido de outra forma. A disciplina não é mais realizada por coerções, mas por meio de modulações que prescrevem o modo de ser do sujeito. Tais prescrições, no mundo do trabalho, organizam a vida do sujeito (horários, metas a serem cumpridas), e passam a exercer também um controle em outros espaços que envolvem sua vida.

A partir do final da década de 70, ocorreram profundas transformações no mundo do trabalho; na de 80, particularmente, presenciou-se um salto tecnológico, com a robótica e a automação invadindo os meios de produção (ANTUNES, 1997a). Assim, as tecnologias aplicadas no mercado geraram alterações na própria organização do trabalho, proporcionando a emergência de uma sociedade contemporânea que, segundo Antunes (1997b), vive processos contraditórios. De acordo com o autor, no mundo do trabalho, a qualificação dos trabalhadores ocorre juntamente com a sua desqualificação. A intelectualização do trabalho manual, produto dos avanços tecnológicos e da desqualificação dos trabalhadores pela lógica destrutiva da produção capitalista, com sua taxa decrescente de bens de serviço, demonstra a complexificação, a fragmentação e a heterogeneização da classe trabalhadora. Nesse processo, a subproletarização é intensificada, implicando o aumento do trabalho precário, informal, temporário, parcial; que no Brasil traduz o contexto do mercado de trabalho, ocorrendo, então, apenas uma agravamento dessa realidade. Antunes aponta que os fatores expostos, no caso brasileiro, demonstram a impossibilidade da eliminação de uma classe que vive do trabalho, mesmo porque o trabalho produzido na interação do homem com a natureza tem o seu caráter útil por ser fator condicionante para a produção de coisas necessárias e úteis à sociedade.

Schaff (1992) questiona a centralidade do trabalho em virtude do desemprego, propondo a necessidade do deslocamento dessa centralidade para atividades diferentes, de lazer ou para outras não remuneradas. Também se refere ao desaparecimento dos empregos, embora ainda considere a permanência de alguns, como nos setores de serviço e em trabalhos criativos, como a ciência. Entretanto, o objetivo de voltar-se às colocações

deste autor está no significado que ele atribui ao trabalho, entendendo-o como necessidade humana, considerada como uma das atividades que dão sentido à vida, funcionando como motivação para a integração social.

A definição conceitual de trabalho de Marx (1968) possui dois sentidos, que, da mesma forma, são concomitantes, possibilitando uma visão ampla desta categoria:

“Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso”. (p. 54).

Nesse entendimento, Marx expressa os conceitos de trabalho concreto e de trabalho abstrato: o primeiro é o que produz uma determinada mercadoria em seu valor-de-uso, a sua utilidade; contudo, quando se abstraem as qualidades materiais do trabalho, desaparecem as diferentes formas de trabalho concreto, assim como seu caráter útil não mais se distingue, reduzindo-se a uma única espécie de trabalho, o trabalho abstrato. Nesse sentido, todo o trabalho é produtivo, desde os bens mais duráveis até os mais efêmeros, pois o trabalho passa a ser visto não somente segundo a utilidade de seus produtos, mas também como dispêndio de força humana em seu processo.

Bosi (1987), em seus estudos sobre as lembranças de velhos, encontra uma dupla significação do trabalho: uma referente aos movimentos do corpo, como um período definido como adestramento, repleto de exigências, e, concomitante a este caráter corpóreo, uma fase longa de práticas, as quais penetram profundamente na vida psicológica, confundindo-se com o próprio cotidiano do trabalhador. O trabalho, então, significa a inclusão obrigatória no sistema de relações econômicas e sociais. Não é apenas fonte salarial, mas também um lugar na hierarquia social, constituída de classes e grupos de *status*.

2.2 Trabalho, aposentadoria e velhice

É preciso entender as associações feitas entre velhice e aposentadoria para compreender a estigmatização que o sujeito sofre ao aposentar-se. Para tanto, a explicitação de alguns conceitos a respeito dessas questões é indispensável. A aposentadoria como instituição social e a velhice como integrante do ciclo vital são construções sociais definidas em um espaço-tempo. Portanto, modificam-se no decorrer da história de acordo com a política, a economia, a cultura e o desenvolvimento de estudos científicos.

Seria, então, possível dizer que uma pessoa pode ser tão velha quanto seu corpo, sua mente, seus princípios, seus valores? Ou será o olhar do outro que tem o poder classificatório? Fatores fisiológicos, psicológicos e sociais tornam o termo “velhice” impreciso. É difícil definir conceitos universalmente adequados e termos globalmente empregados referentes ao envelhecimento. Cada sociedade possui, inevitavelmente, questões políticas e ideológicas associadas ao conceito (VERAS, 1994). Nesse sentido, Motta (1999) salienta que as condições socioeconômicas, a cultura, o ambiente são todos eventos articulados no processo do envelhecimento biológico, caracterizando-o como biopsicossocial. Acrescenta os hábitos, gostos e estilo de vida adquiridos ao longo dos anos como elementos que devem ser levados em consideração nesse processo.

Carlos et al. (1999) contribuem para o esclarecimento do limite cronológico para o ingresso na velhice. Apontam que a proposta da ONU, em 1982, ao tomar por base a idade da aposentadoria estabelecida na maioria dos países, induz à associação corrente entre velhice e aposentadoria. Para os autores, embora, na prática, nem sempre se confundam, enquanto associadas, remetem a uma representação coletiva na qual o velho é percebido como não mais produtor de bens e serviços, portanto, marginalizado nos contextos sociais pautados pelo valor produtivo. Ante o exposto, percebe-se que a sociedade impõe marcas que visualizam as mudanças no ciclo vital, e a aposentadoria constitui-se em um dos selos da passagem à velhice.

A aposentadoria, como ato burocrático e formal, não está necessariamente relacionada a uma ruptura definitiva com o mundo do trabalho. Manter-se vinculado ao trabalho pode constituir-se numa alternativa de preparação subjetiva para o futuro

afastamento. Nesse sentido, levam-se em consideração determinações de uma realidade exterior que se impõe. O aperfeiçoamento tecnológico e as mudanças socioeconômicas da sociedade contemporânea influem nos modos de organização do trabalho. Constantemente, novas profissões são criadas; outras, extintas, como ocorre com as formas de atuação profissional. E o trabalhador idoso é o que mais sente o impacto dessas transformações ao se considerar a sua menor flexibilidade para adaptar-se e incorporar novos procedimentos e inovações tecnológicas no exercício de seu trabalho (CARLOS et al., 1999).

A dificuldade de se ter uma única conceituação de aposentadoria inscreve-se nas suas próprias divisões - aposentadoria por idade, tempo de serviço, por invalidez, por acidente de trabalho e aposentadoria especial - cada uma com suas respectivas especificidades. Também em cada uma delas há sujeitos que, após a aposentadoria, ocupam-se com atividades distintas, através do trabalho gratificante ou extenuante, da intensificação dos relacionamentos familiares, da participação em grupos ou da continuação dos estudos nas universidades para terceira idade. Esses fatores se interpenetram nos diferentes grupos, proporcionando uma combinação extremamente abrangente do modo como a aposentadoria é experimentada.

Para França (1999), muitos não desejam se aposentar por gostarem de sua atividade e/ou das relações sociais estabelecidas no trabalho; já outros desejam-no, mas planejam manter-se engajados em outra ocupação profissional. Destaca, ainda, a existência de pessoas que, mesmo estando motivadas para a aposentadoria, não têm planos sobre como organizar a vida na ausência do trabalho. Nesse sentido, pode haver uma certa euforia para realizar novos projetos, no entanto dificilmente conseguem detalhá-los e levá-los a efeito. A aposentadoria, para alguns trabalhadores, significa a liberação de atividades rotineiras e desgastantes, um período caracterizado pelo descanso. Em contrapartida, outros, por terem se vinculado quase que restritamente a uma área de interesse, no caso, o trabalho, constroem uma aposentadoria difícil, pois, frente à falta dele, a sensação de um vazio na vida instala-se. De qualquer forma, segundo a autora, para entender o que a aposentadoria representa, o significado do trabalho deve ser analisado.

A aposentadoria torna-se atrativa quando descrita como um tempo de liberdade. Por essa característica que lhe é atribuída, pode constituir-se em uma época ideal para executar empreendimentos anteriormente não realizados. Entretanto, também é possível que a aposentadoria se torne um período de empobrecimento em virtude das constantes

depreciações em seu valor e da quase-inexistência de trabalho para os idosos, o que vem a dificultar uma complementação de renda. A perda do papel profissional pode vir a criar um problema de adaptação a um novo esquema de vida, que, talvez, não ofereça compensação comparável ao prestígio advindo do trabalho (SALGADO, 1982).

A reinserção no trabalho pode se tornar mais difícil com o passar da idade, mas não significa a sua completa eliminação. Nessa perspectiva, Jacques (1997) esclarece que, para a população idosa, há uma ressignificação do trabalho pelos limites sociais impostos. A preocupação é ser ativo, buscando atividades, que podem ser remuneradas ou não, mas, de preferência, no espaço público, onde se consegue obter reconhecimento social.

O reingresso no trabalho depende do tipo de atividade exercida. Algumas profissões requerem um conhecimento tecnológico informatizado; se a pessoa tiver facilidade de adaptação às mudanças e procurar atualização constante, suas chances aumentam. Certas atribuições exigem maior força física, as quais diminuem com a idade, ao passo que outras demandam esforço intelectual, que pode não se alterar ao longo dos anos; ainda há aquelas em que o conhecimento especializado e a experiência dos mais velhos são requisitos necessários. Aos quarenta anos um jogador de futebol, em geral, já é considerado velho, mas um advogado de mesma idade talvez não tenha ainda atingido o ponto para obter a credibilidade no seu mercado de trabalho (FRANÇA, 1999).

A questão sobre manter-se envolvido em atividades que ofereçam reconhecimento social ou nas mais restritas ao lar depende não somente das contingências sociais, mas das prioridades estabelecidas pós-aposentadoria. Os modos de pensar e agir tornam a velhice, como a aposentadoria, constitutiva de uma heterogeneidade, o que vem a caracterizar a impossibilidade de definições universalizantes. Assim, segundo Preti (1991), conceituar o que é ser idoso perpassa por características individuais de natureza psicológica: uma pessoa é tão velha quanto julga ser. Algumas pessoas muito rapidamente se entregam ao estigma do velho marginalizado; muito embora as marcas físicas do tempo estejam presentes, persistem em mostrar-se jovens, assimilando os novos comportamentos. A velhice não pode ser vista como um fato total; ninguém se sente velho em todas as situações, nem se sente assim em todos os contextos.

Neri (2002) afirma que é um mito considerar os adultos mais velhos e os idosos como iguais. A diversidade de estilos de vida, de oportunidades educacionais, de situação econômica, de expectativas e papéis sociais e de personalidade, cujos efeitos são

interativos e sobrepostos às influências genéticas, expressa a heterogeneidade de modos de ser, própria de todo ciclo vital. A autora ressalta que a velhice depende de uma vida saudável, de envolvimento em atividades variadas, operacionalizando, assim, competências compatíveis com as dos mais jovens. Nesse sentido, conclui que a possibilidade de definir o que é idoso em uma forma regular deixou de existir, pois os dados empíricos oferecem diferentes visibilidades. A noção de um declínio generalizável leva a se olhar o idoso como um ser incapaz intelectualmente e, conseqüentemente, inábil para o trabalho, concepção preconceituosa e homogeneizante.

É possível que a aposentadoria se torne um provedor desse pensamento ao proporcionar a rotatividade no trabalho, garantindo o espaço aos mais jovens e fortalecendo a pressão social para que o idoso ativo libere seu lugar em prol da geração mais nova. Assim, a política da aposentadoria contribuiu para a criação de um novo valor social, segundo o qual os trabalhadores, numa determinada idade, devem se afastar das atividades economicamente produtivas, pois a aposentadoria garante o direito de serem mantidos financeiramente pelo sistema previdenciário (SALGADO, 1982). Todavia, a aposentadoria pode representar uma perda financeira significativa, havendo a necessidade de continuar a trabalhar para manter o padrão de vida anterior ou, mesmo, para sobreviver com dignidade (FRANÇA, 1999).

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a participação do idoso aposentado no mercado de trabalho é alta, em relação aos padrões internacionais. Referente a População Economicamente Ativa (PEA) entre 1977 e 1998, exceto as pessoas que declararam ter trabalhado para autoconsumo, autoprodução e menos de 15 horas semanais, a proporção de homens idosos aposentados passou de 51,2% para 77,6% e para as mulheres variou de 31,3% a 53,1%, respectivamente. De acordo com Camarano (2001), esse aumento pode estar refletindo o aumento da longevidade aliado a melhores condições de saúde. Ao pensar do lado da demanda, a contratação de um idoso converterá em menores custos com vales transportes e há maior probabilidade do idoso aceitar um trabalho com menores garantias trabalhistas, por já ter adquirido sua seguridade social. No entanto, outro dado levantado pela pesquisa informa que 70,9% dessa população ocupam a posição de empregador e/ou trabalha por conta própria, sendo a atividade agrária a mais representativa. Esse dado pode levar a pensar que no meio urbano e suas demandas de

emprego, no mínimo, não privilegiam o idoso em prol do jovem, mesmo diante das prerrogativas apontadas pela autora.

A questão do novo valor social apontada por Salgado (1982) é evidenciada na polemização da aposentadoria compulsória ou obrigatória realizada por seus partidários e opositores. Conforme Rodrigues (2000), as pessoas contrárias a ela apontam que, do ponto de vista administrativo, é uma solução para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. No entanto, ignora as alternativas da aposentadoria voluntária e flexível, com emprego seletivo para os idosos; o seu potencial produtivo, a sua capacidade de permanecer trabalhando e seu o desejo de continuar na profissão. Desconsidera, ainda, as diferenças particulares na execução do trabalho e as necessidades inerentes de cada ofício. Os indivíduos que defendem a aposentadoria compulsória afirmam seu caráter gerencial — objetivo, imparcial, impessoal — , evitando a discriminação e o favoritismo; ainda permite a transição de empregado para o de aposentado quando a saúde declina e a produtividade não é adequada; promove uma organização mais eficiente e adaptável com a entrada dos jovens e incentiva o indivíduo a preparar-se para a sua aposentadoria.

A designação de “aposentado”, ou seja, aquele que fica no aposento, segundo Veras (1999), indica o quanto a aposentadoria tem se tornado um selo da velhice e da inutilidade social, caracterizando esse período como decadente. São esses preceitos que colocam o velho à margem da sociedade, por estar pautada nos méritos de produção. Assim, enquanto os jovens são induzidos ao sucesso pessoal, à ambição e à intensa atividade para ingressarem no mundo do trabalho, aos mais velhos reservam-se os atributos negativos da lentidão, da dependência, da passividade, da incompetência, sob a chancela de serem inúteis para a sociedade.

Debert (1999), entretanto, alerta que a concepção do envelhecimento na contemporaneidade está num período de transição. O aumento da expectativa de vida e do número de idosos permite a visibilidade de formas distintas de experimentar a velhice. Também, estando intrinsecamente articulada às mudanças políticas e às transformações do sistema capitalista, a aposentadoria vem a estabelecer uma relação indissociável com o último estágio da vida; ao garantir remuneração após uma vida de trabalho, leva a que o mercado de consumo passe a considerar os mais velhos como potencialmente consumidores de bens e serviços.

O crescimento desse mercado é acompanhado pela criação de uma nova linguagem, em contraposição às antigas formas de tratamento dos velhos e aposentados: a terceira idade substitui a velhice; a aposentadoria ativa opõe-se à aposentadoria passiva. Essa instituição social passa a abranger setores com níveis mais altos de aspirações e de consumo, em virtude da ampliação do trabalho assalariado para as camadas médias e, para outras categorias sociais e profissionais. A aposentadoria não assegura apenas a velhice dos mais pobres, conduzindo a que os signos da velhice sejam invertidos, assumindo uma nova designação: a “idade do lazer”. A gerontologia, estando atenta às alterações existentes na sociedade e, ao mesmo tempo, produto delas, desenvolve, paulatinamente, e juntamente com as legitimações políticas e econômicas, a idéia do idoso ativo, capaz de manter um modo de ser compatível com o dos mais jovens (DEBERT, 1999).

Os termos “velho”, “idoso” são de uso corrente para designar pessoas que estejam com idade superior aos sessenta anos. A palavra “velho” pode ter tanto um sentido positivo, quando associado à experiência, como um sentido negativo, ao ser relacionado como alguém inútil, incapaz de realizar novos projetos, ou, até mesmo, a objetos que, por seu uso, tornam-se gastos. Quanto à palavra “idoso” corresponde a um tratamento mais respeitoso, tanto na comunicação oral como na literatura, com uma conotação utilizada em quase todas as culturas (CACHIONI e PALMA, 2002).

Netto e Silva (1994) entendem que os termos “idoso”, “velhice”, “maturidade” e “terceira idade” são utilizados para tornar mais aceita a condição de ser velho em todas as faixas etárias. No entanto, enfatizam que a simples alteração no vocábulo não promove uma mudança imediata na atitude das pessoas em relação àqueles semântica e sociologicamente estigmatizados. Peixoto (1998) aponta que apenas se trocam as “etiquetas”, como se apenas a utilização do termo “idoso” como forma de tratamento mais respeitosa fosse suficiente para suprimir a noção do velho como período de decadência.

Entretanto, para Debert (1999), as novas designações da velhice não são seguidas por atitudes mais tolerantes às idades. A característica marcante desse processo, conforme a autora, é a valorização da juventude, instrumento fundamental para fomentar os mercados de consumo. Na opinião de Mayer (1978, p.113), ao invés “de nos identificarmos com os mais velhos como seres humanos que espelham o nosso futuro destino, guardamos a distância deles ou os rejeitamos como relíquias desprezíveis”. E por não tomarmos medidas sociais adequadas, “[. . .] apelamos para cosméticos e aos

cirurgiões plásticos, a fim de retermos aquela preciosa aura de juventude que consideramos a marca essencial da humanidade.” Nesse sentido, Eizirik (2002, p.45) afirma:

“Nem sempre o outro, percebido como perturbador, é o que está fora, distante, estranho: muitas vezes, o que incomoda é o “estranho em nós”, aquilo que percebemos como diferente em nós mesmos e com o qual não queremos nos defrontar. Assim, rejeitamos nos demais aquilo que não podemos tolerar em nós mesmos [. . .].”

Vive-se, no mundo contemporâneo, um período no qual a instantaneidade impera, acarretando que objetos produzidos não permaneçam no mercado por muito tempo, pois, tão logo são criados, outros são construídos, tornando-os rapidamente velhos e descartáveis. Nesses termos, Harvey (1996) afirma que a dinâmica da sociedade é a do descarte, jogando fora os bens produzidos, os valores conquistados, lugares, pessoas e modos adquiridos de ser. Esses mecanismos forçam as pessoas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea. Os movimentos devem estar sempre ligados à volatilidade do tempo acelerado, cabendo a nós a capacidade de adaptação às mudanças do mercado. Nessa perspectiva, Morin (1975) aborda os modos atuais de civilização, que, em permanente transformação, tornam essencial a adesão ao movimento e não mais a experiência acumulada. A vivência dos velhos é remetida a uma concepção de “[. . .] lengalenga desusada, anacronismo. A sabedoria dos velhos é considerada um disparate” (p. 132).

Esses fatores estão articulados na produção de subjetividade capitalística, que, conforme Guattari e Rolnik (1986), quer produzir indivíduos normalizados, dentro de esquemas de valor hierarquizados, articulados na submissão engendrada na produção de subjetividade social; sua intenção é modelar os corpos, decompondo-os e reestruturando-os, pautada nos níveis de produção e consumo. Os códigos e signos são os instrumentais utilizados para a produção de uma cultura que gera modos de pensar e agir como modelos a serem consumidos e integrados nas formas de ser.

Os velhos, quando aposentados e desvinculados do mundo do trabalho, não são mais produtores de bens e serviços; são, então, marginalizados da sociedade, pautada pelo mérito produtivo. A compreensão a respeito dos velhos, quando reduzida a esse valor, é

vinculada aos estereótipos de incapaz e inválido. Os velhos que possuem poder aquisitivo maior e/ou que se aposentaram em melhores condições são mantidos parcialmente integrados na sociedade, por serem visualizados como potencialmente consumidores, outro valor social proeminente.

No processo de subjetivação capitalística, o modo singular de existência está na expressão de aspirações e desejos que possam libertar das vicissitudes estéticas, políticas e culturais, assumindo formas de pensar e agir potencialmente criativas. Contudo, o capitalismo tenta capturar todos os processos de singularização, transformando-os em produtos a serem consumidos e em aspirações a serem concretizadas. Nessa perspectiva, Debert (1999) aponta que os termos “terceira idade” e “aposentadoria ativa” foram formulados para “[. . .] encorajar a variedade de experiências em um contexto no qual a idade cronológica é pura maleabilidade, receptáculo de um número praticamente ilimitado de significações [. . .]” (p. 65). Porém, essa diversidade de vivências pode ser apropriada pelo processo de subjetivação capitalístico, tornando-a um modelo a ser seguido.

A ordem capitalística, convém dizer, tende a igualar tudo em categorias unificadoras e redutoras, impedindo a produção do processo de singularização; fabrica relações humanas e modos de dever ser e enquadra-os em sistemas de submissão não visíveis, nem explícitos, mas dissimulados. Nesses termos, produz sistemas de referência, identidades, entendidas como “aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável” (GUATARI e ROLNIK, 1986, p. 68-69).

Para os autores, essa produção cultural procura criar novos modelos para gerar e capturar modos de significar, de comunicar, organizando e reproduzindo as linguagens nela expressa. A fabricação e modelação da subjetividade são realizadas em nível social, mas vivenciadas numa dimensão particular. A liberdade de escolha do indivíduo, experimentada em sua particularidade, encontra-se dentro das hierarquias de base do capitalismo, que também é um produtor e produto desse processo.

A subjetividade, então, “está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (GUATARI e ROLNIK, 1986, p. 33). Segundo os autores, o modo como é experimentada oscila entre dois pólos: um está na relação de opressão, caracterizada pela alienação, já que o sujeito se submete à subjetividade capitalística tal

como a recebe; o outro pólo manifesta-se na relação de criação expressa no seu processo de singularização, na qual o sujeito se reapropria dos componentes da subjetividade. Essa singularização pode se dar de dois modos: pode configurar-se numa busca de vencer sempre, de provar ser o melhor em todas as situações, tendo como referência a ser seguida os valores culturalmente impostos no capitalismo; por outro, na procura de romper com a cultura de massa homogenizante, de modo que sua potência criativa seja realizada numa perspectiva solidária com o outro.

Esses dois pólos constituem o sujeito contemporâneo, que, diante das mutações dos modos de trabalhar, de relacionar-se e de viver, segundo Fonseca (2002), levam a que o sujeito se veja

“desalojado das certezas e das lógicas que a criaram revela-se como uma experiência de agenciamento de escolhas que, dentro do possível e dos limites colocados a qualquer ato de escolha, pode-se dizer, trata-se de um desafio de existir no limite intervalar, no entre do que foi e do que está por vir.” (p. 14).

Considerando-se que a aposentadoria é uma instituição social inscrita na contemporaneidade, essa afirmação pode ser transposta para se pensar modos de vivenciá-la, enquanto processo heterogêneo. O sujeito, ao aposentar-se, também se vê desalojado das lógicas que criou enquanto trabalhador, mas sua relação com o trabalho configura um agenciamento de escolhas que delineiam a sua vida naquilo que foi (sujeito trabalhador) e no que está por vir (vida de aposentado). Assim, um sujeito que mantém uma relação com o trabalho meramente para prover seu sustento pode almejar a aposentadoria, encontrando nela uma forma de descanso ou um tempo livre para se dedicar a outras atividades que lhe proporcionem prazer. De outro modo, um sujeito que sente o trabalho como uma maneira de desenvolver seu potencial criativo talvez não tenha interesse de se aposentar. Assim, caso seja forçado, pode ter dificuldades de adaptação na nova etapa de vida, ou, ainda, pode utilizar as potencialidades experimentadas enquanto trabalhador em outras práticas que lhe ofereçam semelhante prazer. Ressalta-se que essas são apenas algumas possibilidades de experienciar a aposentadoria, não se tratando de um enquadramento determinístico, o que significaria desconsiderar a heterogeneidade de vivenciá-la.

2.3 A preparação para a aposentadoria e o lazer como possibilitador de realização pessoal.

A preparação para a aposentadoria pode ser um amplificador do agenciamento de escolhas para a vida após sua efetivação. Refletir a respeito do modo de organizar a vida enquanto trabalhador permite que o significado do trabalho e outras áreas de interesse ofereçam novas decisões frente à ausência da atividade profissional exercida. Restabelece prioridades em uma ressignificação dos valores atribuídos às suas atividades e aos elementos que o constituem. Determinar-se a planejar o seu encontro com um tempo liberado do trabalho e executá-lo não apenas nesse ingresso, mas antecipar-se a ele de forma a apreendê-lo, evita que se depare com o vazio gerado pela falta do trabalho.

O trabalhador assalariado dispõe de cerca de dez horas para o seu trabalho, envolvendo a própria execução, o trajeto, o horário de despertar. Adicionando-se duas horas para cada atividade necessária para a manutenção da vida, como as refeições, as ocupações domésticas, a higiene pessoal e as oito horas de sono, resta pouco para o lazer. Alguns conseguem dedicar-se a um *hobby*, futebol, caminhadas, leituras, cinema; outros o fazem apenas raramente, e, ainda, para outros, pode ser inatingível. Como, então, as pessoas irão, na aposentadoria, ter como representativa uma vida de lazer se para ela não foram preparados? (FRANÇA, 1999).

Conforme a autora, não somente do lazer vivem as pessoas aposentadas, as quais podem se engajar em movimentos sociais, em trabalhos voluntários, voltar a estudar, reingressar no mercado de trabalho na mesma atividade ou em outras que lhe pareçam interessantes. De qualquer maneira, a autora põe em evidência a contribuição da preparação para a aposentadoria quanto à redistribuição do tempo e às mudanças necessárias para dimensionar a vida diante de uma nova perspectiva. É conveniente salientar o início dessa preparação antes da iminência da aposentadoria, oportunizando um planejamento mais detalhado, refazendo e desfazendo projetos quando colocados em prática, permitindo ao trabalhador avaliar a operacionalização de seus objetivos.

Moragas (1997) aponta que muitos trabalhadores percebem os elementos envolvidos na aposentadoria apenas no momento em que esta se efetiva. Muitas empresas, ao entenderem que isso não é aconselhável para ambos, iniciaram algumas práticas para que

a aposentadoria não fosse “instantânea”. Algumas ações, segundo o autor, podem ser concretizadas mantendo o trabalhador mais algum tempo na empresa ou oferecendo programas que discutam sobre a aposentadoria de forma a promover uma adequação do trabalhador e da organização diante da nova situação. Para França (1999), a preocupação com a aposentadoria deve partir também da empresa. É de sua responsabilidade oferecer condições para criar um foro de informações e discussões sistemáticas, de acordo com os desejos e dúvidas dos seus integrantes, para se tornar acessível aos diferentes grupos sociais. O trabalhador é beneficiado e a empresa conquista uma cultura organizacional mais consistente, além de, diante do mercado de trabalho, tornar-se mais atraente e sua imagem alcançar maior visibilidade social.

Na preparação para aposentadoria, Carlos et al. (1999) consideram que, a reorganização familiar, os novos espaços de convívio e de relações afetivas fora do mundo do trabalho, as alterações na rotina e, até mesmo, a redução gradativa do exercício profissional como orientadores consistentes para a organização do novo estilo de vida. Nesse momento, os *hobbies*, atividades alternativas, como as artes e ofícios, constituem-se em fatores possibilitadores de autonomia referentes à organização do trabalho. As pessoas, por viverem mais, não podem abstrair de suas agendas as atividades de lazer, de modo especial em razão de seu tempo liberado na ausência do trabalho.

Ramos (2002) relata que, no Brasil, a expectativa de vida média aumentou quase 25 anos nestes últimos cinquenta anos. O último censo (2000) demonstra que a expectativa de vida ao nascer era de 63 anos para os homens e de 65 anos para as mulheres. Camarano (2002) aponta as mudanças de vida, anteriormente favoráveis à disseminação de doenças parasitárias e infecciosas, contornadas pelo aperfeiçoamento da biotecnologia e pelas condições de vida mais salubres, como fatores condicionantes para o aumento da estimativa da esperança de vida.

Diante da longevidade atingida atualmente, Both (2002) afirma que os parâmetros biológicos e econômicos não se configuram mais como únicos padrões significativos. É preciso novos entendimentos educacionais e novas iniciativas, que abranjam disposições e mediações pertinentes aos diversos elementos constitutivos do ser humano ao longo da vida. Nesse sentido, o lazer, como atividade presente, em geral, durante todo o curso de vida e ampliada após a aposentadoria, torna-se um importante dispositivo a ser estudado. Para Dumazedier (1999), a aposentadoria não necessariamente significa uma interrupção

completa de todo trabalho profissional, mas o lazer pode ser o conjunto mais extenso e mais significativo desse período.

Esse tempo disponível, segundo Dumazedier (1999), é resultante das conquistas dos trabalhadores, correspondendo a uma evolução da economia e da sociedade. É um novo valor social diante de um direito social, na medida em que a pessoa dispõe de um tempo cuja finalidade é, antes de tudo, a auto-satisfação. Para desarticular a idéia do lazer relacionada ao ócio, o autor aponta que o lazer não suprime o trabalho, mas o pressupõe; consiste na liberação periódica no fim do dia, da semana, do ano (férias) ou da vida de trabalho (aposentadoria).

O autor salienta que a liberdade de escolha está dentro dos limites conferidos pelos condicionamentos econômico, social, político e cultural de cada sociedade. Nesse sentido, uma importante problematização deve ser considerada quanto aos lazeres estarem sendo manipulados pelas forças econômicas de produção e do consumo de massa. Os bens e serviços de lazer pertencem às mesmas leis desse mercado, nas formas mais padronizadas possíveis de origem comercial ou política. Essa homogenização torna-se perigosa para o desenvolvimento cultural da sociedade, limitando a criatividade e a autenticidade da comunicação das pessoas e dos grupos. Porém, aponta que seria abusivo confundir estandardização com supressão pura e simples da possibilidade de realização pessoal e, até mesmo, existencial no fim do ciclo de vida (DUMAZEDIER, 1999).

De acordo com o autor, é através da prática de atividades de lazer e dos valores correspondentes que as probabilidades de realização pessoal e expressão de si mesmo se tornam mais fortes na velhice. Requixa (1980), nessa perspectiva, afirma que o lazer adquire valor a partir do momento em que o grau de estima ou de desejo em relação a algo (idéia, modo de vida) ganha tal intensidade que passa a ser entendido como importante e pertinente, motivando o indivíduo a alcançá-lo.

Os processos de substituição em virtude da aposentadoria se realizam pelo resgate ou pela introdução de novas atividades. A dificuldade de substituição consiste na deficiência de informações sobre atividades alternativas e pela falta de preparação da maior parte dos aposentados. A associação feita entre aposentadoria e descanso é quase automática e não se reconhece que o descanso súbito pode ser mais prejudicial que a atividade para a saúde global do aposentado. A redução do tempo de trabalho pode suscitar uma redistribuição de energia em outros papéis sociais, como esposo, avó, membro da

comunidade. O perigo reside na redução crescente de papéis sociais, tornando a vida carente de sentido psicossocial (MORAGAS, 1991).

A preparação para a aposentadoria parece ser um fator proeminentemente constituidor de um modo educativo para o lazer e outras formas de viver, que não necessariamente restritas ao trabalho. A preparação é capaz de auxiliar no redimensionamento da vida, permitindo que o lazer possa ser uma das fontes de realização pessoal. Requiça (1980) pontua-o como uma forma de satisfação das aspirações mais autenticamente humanas, não exercidas meramente por respostas condicionadas, evitando a angústia ou o tédio que podem ser experimentados quando o aposentado se defronta com o vazio do tempo liberado do trabalho.

De acordo com Miller e Robinson⁴ (apud REQUIXA, 1980), o lazer deve ser compreendido conforme a qualidade do tempo empreendido em suas atividades, ou seja, segundo os valores atribuídos a elas. Essas são potencializadoras do enriquecimento e do desenvolvimento pessoal na medida que o lazer praticado é imbuído de valor. Os autores permitem pensar sobre o quanto a reflexão referente às decisões a serem tomadas diante da aposentadoria oferecem a possibilidade de reorganização de prioridades e valores. No entanto, é uma tarefa difícil quando o trabalhador investe planos, desejos, ambições, criatividade, enfim, a própria vida no exercício profissional. Se a sua ausência realmente se presentifica no tempo liberado, repensar o dar-se para o trabalho em prol do dar-se para si requer um esforço previamente adotado.

Na sociedade capitalista, voltada para produção e o consumo, o trabalho é considerado o meio de alcançar os dois níveis, ao passo que o lazer é desconsiderado e relegado a um segundo plano. Assim, as práticas de lazer como uma forma de expressão de si mesmo podem tornar-se mais significativas ao trabalhador caso ele tenha dedicado tempo para construir territórios de existência que lhe sejam gratificantes e lhe ofereçam o sentimento de pertencimento.

4 MILLER, N. P. & ROBINSON, D. M. Le nouvel âge des loisirs. *Économie et Humanisme*, Paris: 1968.

2.4 Velhice: uma dimensão social

A aposentadoria ocorre, geralmente, no período do ciclo de vida denominado “velhice”. Nesse sentido, Salgado (1982) refere que a perda do papel social ocasionada pela aposentadoria está diretamente relacionada à inclusão num grupo social negativamente marcado — o grupo de idosos. Dessa forma, é preciso entender a velhice como construção social, percorrendo caminhos que desnaturalizam os preceitos produzidos e inscritos nos diferentes períodos históricos.

Ao dimensionar a visão que a velhice adquiriu nas diferentes sociedades e nos diferentes períodos históricos, procura-se mostrar que a industrialização e o avanço tecnológico, não foram os responsáveis pela introdução da representação social de um velho incapaz, dependente e de inúmeros outros estereótipos relacionados à velhice. Houve um agravamento e maior disseminação da representação, o que não significa que apenas tenha surgido com as repercussões das mudanças nos mecanismos envolvidos nos processos de produção.

Nas sociedades antigas, no sentido coletivo, a velhice era qualificada com honra, de acordo com o *status* e com o regime de propriedade. Como a riqueza, em geral, aumentava com o passar dos anos, os velhos ocupavam o topo da escala social. Contudo, compreendida em sentido individual, a velhice era rejeitada e ironizada. Entre os gregos e romanos havia uma indignação com os privilégios econômicos e políticos das pessoas idosas, revelado através de sátiras envolvendo a sua degradação física. Então, a autoridade dos mais velhos era suportada com inveja, ressentimento e ódio (BEAUVOIR, 1990)

Conforme Beauvoir (1990) no século XVIII, a população cresceu e adquiriu mais longevidade na Europa em razão de uma melhor higiene. Mas apenas as pessoas de classe privilegiada conseguiam ter um envelhecimento decente; as pobres, se conseguissem chegar à velhice, por causa do intenso trabalho, eram condenadas à indigência. Na França, nesse século, a fraternidade preponderava, tendo como um dos objetivos manipular e conter as classes populares. Os velhos, então, conseguiram obter uma visão singular sobre si, pois simbolizavam a unidade e permanência da família, a qual permitia a transmissão e acumulação das riquezas —

onde desabrochou o individualismo burguês, a base do capitalismo. Para Ariés⁵ apud Barros (2004), nesse período histórico o perfil da família é construído em torno da intimidade, das emoções e do afeto, na qual ela se fecha ao mundo público e a criança passa a ser o centro das atenções. Elias⁶ e Ariés apud Barros (2004), embora apoiados por enfoques distintos, convergem quando apontam que as novas formas de sociabilidade, de relações sociais, de constituição dos espaços público e privado estão envolvidos no processo de construção de classificações das fases da vida na sociedade contemporânea. Entretanto, a autora aponta que muitas mudanças ocorreram no século XIX: houve a explosão demográfica, a industrialização, o êxodo rural, proporcionando o desenvolvimento urbano e o surgimento de uma nova classe, o proletariado. Com a transformação da forma de produzir dinheiro, o capitalismo familiar foi substituído por sociedades anônimas constituídas por ações e o idoso deixou de ser considerado o pilar da família.

Pelas palavras de Beauvoir (1990), é possível reafirmar que a visão e a representação do ser velho são produzidas em determinadas condições históricas. A industrialização e, conseqüentemente, a nova organização do trabalho afetaram a representação social da velhice não somente na Europa, mas em todos os países industrializados. Embora os estereótipos relacionados à velhice se encontrassem mesmo nas sociedades antigas, o seu valor coletivo era mantido. As modificações na estrutura social causadas por esses movimentos históricos abalaram o *status* privilegiado que os velhos de classe mais alta detinham na sociedade; quanto aos mais pobres, apenas se tornaram ainda mais miseráveis. A visão coletiva de honra e prestígio que gozavam os mais velhos não pôde mais se sustentar. As características que ofereciam essa posição, como a experiência e de uma pessoa capaz de acumular riqueza no decorrer do tempo, não mais fazem sentido quando o empreendedorismo, a possibilidade de ganhar fortunas em aplicações na bolsa, juros financeiros e as informações voláteis delineiam a sociedade contemporânea.

A sociedade está estratificada por inúmeras subdivisões que a estruturam e lhe oferecem a mobilidade necessária para seu funcionamento, onde a cultura contorna e pertence ao mecanismo que cria, determina e expressa, segundo Mercadante (1996) um conjunto de significados elaborados pelos grupos humanos, incluindo as perspectivas a respeito do velho e da velhice. A autora utilizando-se dos critérios estabelecido por Lévi-

⁵ ARIÈS, P. *A história social da família e da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

⁶ ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Strauss, aponta a distinção entre natureza e cultura, que basicamente se faz pela ausência ou presença de regras, respectivamente. A universalidade e a constância em todos os homens escapa necessariamente ao domínio dos costumes, das técnicas e das instituições pelas quais seus grupos se diferenciam e se opõe. Tratando-se da velhice, seu aspecto universalizante lembra que faz parte da natureza humana o envelhecimento e como resultado desse processo a própria velhice. Entretanto, as apreensões, os discursos a respeito do que é a velhice constrói-se culturalmente, cientificamente e socialmente e suas representações são reproduzidas e vinculadas por fatores políticos, econômicos, ou seja intrinsecamente relacionado a forças que regem a sociedade. Esses elementos por sua vez também envolvem modos de envelhecer distintos e desse modo há estandardização das formas de envelhecer já não são possíveis.

Neri (1991) coloca o aumento da população idosa como um dos elementos que tornaram possível à velhice alcançar visibilidade, como a heterogeneidade das formas de vivenciá-la. Para a autora, o aumento da expectativa de vida teve como respaldo os avanços científicos e tecnológico, com suas adoções ergonômicas na área da seguridade, da saúde do trabalhador e também a aquisição de melhores condições de higiene e saúde. Diante dessas mudanças no processo histórico, favoreceram, conforme Neri (1991), o aumento de pesquisas científicas sobre os processos envolvidos no envelhecimento.

Birren e Schaie (1990) apontam situações que devem ser levadas em consideração em pesquisas com idosos, bem como algumas problemáticas envolvendo esse campo de pesquisa. A etnicidade, *status* socioeconômico, nível educacional, cultura, localização geográfica, estilo de vida, posição social na aposentadoria, posição geracional e os acontecimentos históricos relacionados à idade cronológica considerados na sua interação são mais apropriados que utilizar como parâmetro unicamente a idade cronológica. Em algumas pesquisas com idosos, as testagens demonstram haver um declínio na memória nas pessoas de idade, conclusão obtida através da média atingida pelos participantes; assim, dissemina-se a idéia de que qualquer um, inevitavelmente, terá declínio da memória assim que ficar velho. Nesse sentido, os autores apontam que muitas pesquisas excluem a questão de que as pessoas mais velhas apresentam, geralmente, mais, não menos, variabilidade que as pessoas jovens, o que faz pensar que muitos dos resultados não articulam os fatores levantados anteriormente.

Salgado (1982) expõe algumas problemáticas verificadas nos estudos relacionados à velhice. Em primeiro lugar, a maior parte dos estudos realizados com idosos é transversal, geralmente levantando dados com grupos de diferentes idades, com igual nível sociocultural, mostrando que há maior capacidade intelectual nos mais jovens. O autor, então, através de seus comentários, possibilita pensar a respeito das possíveis razões que impedem o idoso de obter um desempenho mais elevado. Uma das razões está no fator motivação: as pessoas idosas podem não estar motivadas suficientemente pelo assunto proposto na testagem, da mesma forma que a angústia de errar ou a falta de confiança podem influenciar negativamente no processamento de informações. Também, os idosos têm maior número de informações para verificar no sentido de tentarem dar a resposta mais adequada, tornando o tempo de resposta mais longo. Ainda há a questão dos métodos educacionais, diferentes em cada geração: na geração dos mais velhos, era de decorar e copiar; na geração mais jovem, estimula-se a pensar e dar soluções próprias às questões.

Para Debert (1998), a visibilidade das questões envolvidas na velhice e sua constituição como problema social não podem ser compreendidas como resultantes apenas do crescimento do número de idosos. Para tanto supõe-se, segundo Lenoir⁷ apud Debert (1998), um “trabalho social”, cujas etapas essenciais são o reconhecimento e legitimação de um problema enquanto tal. Por reconhecimento entende-se a visibilidade alcançada por uma situação particular, o que supõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social a fim de agir sobre ele. Já a legitimação não é resultado do simples reconhecimento público do problema, mas supõe uma empresa de promoção para inseri-lo no campo das preocupações sociais do momento. Assim, para Debert, a velhice constituiu-se como um problema de abrangência pública também por suas conseqüências econômicas e por ter se tornado objeto de um discurso científico — discurso gerontológico — que se incumbiu da tarefa de “gerenciar” os estudos a respeito do envelhecimento.

Um dos aspectos econômicos refere-se à institucionalização da aposentadoria, havendo, então, uma mudança no discurso gerontológico, antes direcionado aos cuidados com a saúde e restrito aos consultórios médicos. As discussões geradas em nível econômico ampliaram as problematizações em torno da velhice nos âmbitos político e

⁷ LENOIR, R. *Transformations des rapports entre générations et apparition du troisième âge*. Paris: EHESS, 1997, v.1.

administrativo. Constituiu-se, então, em um território fértil para demógrafos, sociólogos e psicólogos, que, pautados nos preceitos da gerontologia, delimitam as necessidades dos aposentados na perspectiva de soluções que promovam o bem-estar (DEBERT, 1998).

Segundo Silverman⁸ (apud DEBERT, 1999), embora as pesquisas tenham tornado mais complexas as discussões em torno do envelhecimento, a gerontologia permanece enfocando dois modelos antagônicos: no primeiro, trata-se de apontar a situação de pauperização e abandono a que o velho é relegado, sendo, sobretudo, a família que arca com o peso dessa situação; no segundo, trata-se de apresentar os idosos como seres ativos, capazes de dar respostas originais aos desafios que enfrentam em seu cotidiano, redefinindo sua experiência de forma a se contraporem aos estereótipos ligados à velhice.

Silverman⁹ (apud DEBERT, 1999) ainda refere que existem alguns perigos na propagação desses modelos. O que aponta para a pauperização do idoso, involuntariamente, dissemina a idéia de um idoso doente, miserável, dependente, inativo, que sobrecarrega a família e se alimenta do Estado. O segundo modelo, caso seja levado ao extremo, tende a desconsiderar a idéia de que se envelhece ao não entender a idade como marcador das experiências vividas. Isso pode levar a uma associação com os mercados de consumo, que defendem a proposta de que, através de tecnologias e estilos de vida adequados, é possível adiar a velhice indefinidamente. Desse modo, de acordo com Debert (1999), as questões relacionadas à velhice são tratadas como um problema de quem não é ativo; assim, se, caso a pessoa atinge a velhice no isolamento e na doença, isso ocorre por culpa exclusivamente sua.

Contrariamente a uma visão determinística da pauperização do idoso, Neri (2002) afirma que a dificuldade econômica no Brasil leva a que a pobreza e a miséria atinjam proporções assustadoras. Com o desemprego presente na vida das famílias, é comum seus membros serem sustentados pela aposentadoria dos seus anciãos, não mais o contrário.

Na pretensão de romper com os estereótipos de incapacidade, improdutividade, rigidez, abandono, solidão, na França, a partir da década de 1970, surgiu segundo Barros e Castro (2002), um novo termo para designar a velhice, “terceira idade”. Para tanto, o velho deve manter-se distante do envelhecimento por meio de práticas físicas e mentais,

8 SILVERMAN, P. Introduction: the life course perspective. In: SILVERMAN, P. *The elderly as modern pioneers*. Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

9 Idem

precursoras e mantenedoras de capacidades funcionais e, de certa forma, da juventude. Pode-se pensar que a assimilação desse termo no caso brasileiro pode estar associado as amplas discussões em torno da crise previdenciária, quanto aos “ativos” e por quanto tempo teriam que sustentar os “inativos”. Novamente as questões da aposentaria ligam-se a velhice e repercutem na construção de novas formas de vivê-la e conseqüentemente de maneiras distintas de expressá-la e portanto de lançar um outro olhar social sobre ela.

Esses discursos científicos são apropriados como verdades que se propagam e se legitimam, constituindo formas de pensar e de ser. Foucault (1999) auxilia na elucidação da questão quando traz a possibilidade de se pensar a constituição dos sujeitos em jogos de verdade. São conhecimentos que, por uma condição social e histórica, articulados nas relações de saber/poder, "conquistaram" sua legitimidade. Assim, de acordo com Foucault¹⁰ (apud EIZIRIK, 2002, p. 37-38), a "verdade" desses regimes de verdade é

“centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política [. . .]; é objeto, de várias formas, de uma intensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação) [. . .]; é transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidades, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas).”

Barros e Castro (2002) alertam que os incentivadores dos movimentos de “terceira idade” são forças políticas e, portanto, engendrados na produção de subjetividade capitalística. Por isso, entram em jogo os interesses econômicos para conquistar os velhos, potencialmente consumidores de bens e serviços, e categorias criadas para se apropriarem dos modos de viver. A desnaturalização da concepção da velhice, para as autoras, não implica somente considerar fatores biopsicossociais; a sua operacionalização deve pôr em análise o processo de fabricação do “novo velho”, a categorização e padronização de modos de existir próprios dos discursos contemporâneos a respeito da velhice. Essa desnaturalização, no entender de Barros e Castro (2002, p. 115), deve ser “[. . .] correlata à compreensão de que toda a realidade é artifício, é uma configuração formal que faz ver e

10 FOUCAULT, M. *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

falar certos modos de sentir, agir e pensar que são construídos no confronto de forças sócio-histórico-políticas [. . .].”

Os princípios de classificação de idade do mundo social, mesmo os que parece mais naturais remetem, na maioria dos casos, a associação de seus critérios às instituições e agentes especializados que encontram nessas definições o fundamento de suas atividades. A própria noção de idade expressa em anos é relacionada a uma prática social determinada: uma medida abstrata, cujo grau de precisão, em algumas sociedades, por necessidades da prática administrativa. Nas questões referente ao idoso, o discurso gerontológico tem dimensões significativa em intervenções político-administrativas. As decisões tomadas embora não sejam de domínio da gerontologia, é um agente que adquiriu legitimidade para definir as categorias de classificação desses indivíduos e autoridade para produzir enunciações a respeito da velhice (DEBERT, 1998).

Para se pensar a respeito da velhice é indispensável que a visão social se faça presente, ou seja, que haja a conexão das interfaces dos discursos, permitindo que se possa ver além do que está posto e legitimado, entendendo o velado, o interposto. As classificações de idades são uma forma de organização social, que produz marcas nas pessoas pertencentes aos diferentes grupos. No caso do idoso, a aposentadoria é um forte marca social, não necessariamente como saída do mundo do trabalho, mas a idade em que mais corriqueiramente é realizada, traduz um momento em que é permitido parar para o descanso, porém, como no mundo capitalista tudo tem seu preço, pode ser visto como inútil para o mercado de trabalho. Talvez, uma saída seja tornar-se um ser de “terceira idade”, que é ativo, capaz e consome, economicamente interessante. Assim, ligações político-econômicas e científicas se entrelaçam, saberes e poderes traduzem-se em forças sociais que criam e reproduzem o que é ser idoso.

3 QUADRO REFERENCIAL METODOLÓGICO

A pesquisa em Psicologia Social articula questões teóricas e empíricas para estudar uma determinada realidade social, envolvendo em suas pesquisas o pensamento e a ação, pois, “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.” (MINAYO, 1994, p. 17). O pesquisador problematiza seu objeto segundo sua visão de mundo, co-construída no período histórico em que vive, dimensionando sua forma de agir e pensar. Da mesma forma, os sujeitos possibilitadores da análise do estudo expressam significados produzidos em suas concepções de mundo, os quais nem sempre se coadunam com as do pesquisador. Concebê-lo como totalmente neutro nesses termos é inconcebível, mas, para dar espaço a outras formas de pensar, é necessário, segundo a autora, que o investigador reduza os excessivos valores atribuídos ao tema pesquisado.

O objeto de pesquisa social qualitativa, de acordo com Minayo (1994), é historicamente construído em um período caracterizado por uma formação e configuração sociais específicas. Os seres humanos nela inseridos, na medida em que são co-construtores dessa história e, ao mesmo tempo, constituídos por ela, designam significados a sua realidade por intermédio desse processo. O investigador, então, deve ser flexível quanto ao seu referencial teórico, buscando ampliá-lo ou alterá-lo conforme a realidade encontrada. Conceber o objeto de pesquisa como construído num espaço-tempo é uma condição para compreendê-la como transitória e válida somente para o quadro de estudo. Assim, em pesquisa social é preciso que a construção da subjetividade seja entendida nessa dinâmica para, então, ser objetivada, pois é com base nela que o objeto de estudo é analisado. No entanto, isso só é possível se forem estabelecidos eixos norteadores para a análise.

Esquadrinhar o sujeito da pesquisa significa entender as articulações existentes em sua dinâmica. Para tanto, é preciso, primeiramente, compreender cada fator que se pretende analisar, de acordo com a forma que é vivenciado e significado pelo sujeito. Isso permite uma conexão posterior entre esses dispositivos, transpondo a análise categorial para uma análise dinâmica. Nesse sentido, a vida de trabalho e a concepção da velhice dos sujeitos da pesquisa oferecem os contornos dos significados do jubramento. A problematização da vida pós-jubramento é delineada pelas atividades dos sujeitos e pela preparação anterior ao fato. Essa divisão não significa um rompimento das articulações entre elas, mas, em termos didáticos, tornou-se necessária.

Dar esse contorno ao processo desses sujeitos é uma opção dentre várias possíveis, porém, no momento, pareceu ser a mais pertinente para presente pesquisa. A análise não buscou encontrar respostas explicativas em uma cadência de causalidades, mas apreender os fatores envolvidos nas questões que se propôs a analisar, levando em consideração a constituição dinâmica dos sujeitos.

3.1 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram nove professores jubilados¹¹ da Universidade de Passo Fundo, dos quais sete são do sexo masculino e dois, do sexo feminino; suas idades variam de 72 a 75 anos e o tempo de jubramento, de três a cinco anos.

3.2 Instrumento utilizado

Como instrumento para a coleta de dados utilizou-se a entrevista semi-estruturada, por possibilitar uma relação flexível entre o entrevistado e entrevistador. Embora a entrevista esteja organizada com temas previamente estabelecidos, as perguntas podem ser

¹¹ Os professores ao completarem 70 anos são impedidos de permanecer executando a atividade de professor universitário na instituição.

alteradas no decorrer do seu desenvolvimento de acordo com o conteúdo da fala dos sujeitos, mas sempre se mantendo dentro da perspectiva proposta. Assim, possibilita-se o enriquecimento do campo de investigação. Conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2001), as entrevistas qualitativas assemelham-se muito a uma conversa por não estabelecerem um padrão rígido de perguntas, por meio das quais o investigador pretende obter os significados atribuídos pelo entrevistado a eventos, situações ou processos que fazem parte de sua vida.

Os eixos norteadores das perguntas foram definidos a partir de uma entrevista piloto¹². Estabeleceram-se previamente alguns temas para atingir os objetivos propostos, sem desconsiderar a direção que o entrevistado julgasse adequada para elucidar as questões pertinentes ao estudo. De acordo com Neto (2001), a entrevista semi-estruturada comporta tanto questões previamente estabelecidas como permite ao informante abordar livremente o tema proposto. As diretrizes da entrevista continham quatro tópicos:

Do trabalho: trajetória de trabalho: ingresso em outras instituições e na Universidade de Passo Fundo (UPF). Organização de trabalho: locais de trabalho, horários, as exigências do trabalho, como organizava sua vida para o trabalho. Condições de trabalho: como se dava o relacionamento entre os colegas de trabalho e com os estudantes, realização no trabalho; o espaço físico para as condições de trabalho; os significados do trabalho, as satisfações proporcionadas pelo mesmo e as atividades fora do mundo do trabalho.

Da aposentadoria: em outras instituições e na UPF: ingresso, preparação, decisão, processo, significado e atividades pós-aposentadoria.

Do jubramento: preparação, ingresso, significados, jubramento e atividades pós-jubramento.

Da velhice: este tópico apresenta-se no entendimento da velhice e no próprio marco do jubramento quanto à idade de ingresso: setenta anos.

12 Delineada nos procedimentos para a coleta dos dados.

3.3 Procedimento para coleta de dados

A Universidade de Passo Fundo, por ter sido uma das universidades pioneiras a criar o Plano de Aposentadoria Complementar para seus servidores, tornou-se um campo interessante a ser estudado. As discussões em torno do estímulo às previdências privadas, em razão das especulações quanto às possíveis reformas da previdência social, motivaram esta investigação.

Desde a criação do benefício da aposentadoria complementar, em 1998, através do Fundo de Pensão do Banco do Brasil, professores e funcionários interessados em se integrar a este plano de previdência, mediante desconto proporcional às horas de trabalho, podem usufruir uma aposentadoria que vem a complementar a aposentadoria do INSS.

A partir desse conhecimento, manteve-se contato com a UPF para saber da possibilidade de acesso aos professores já aposentados pelo plano de previdência do Banco do Brasil. Segundo as diretrizes da UPF, não seria necessária a apresentação do projeto para autorização de acesso às informações requeridas, de modo que os nomes, datas de nascimento, telefones foram enviados à pesquisadora por *e-mail*. A lista continha, ainda, o tipo de benefício e a data de concessão, sendo a aposentadoria compulsória o benefício apresentado.

A lista fornecida pela UPF com o nome dos 12 professores foi o ponto de partida para o contato com os sujeitos, efetivado com contatos por telefone. Como um não residia mais no Rio Grande do Sul e dois optaram por não participar da pesquisa, esta foi realizada com nove sujeitos. As entrevistas foram agendadas e realizadas nas residências dos sujeitos, gravadas em fita K-7, com prévio consentimento do entrevistado (modelo anexo).

A primeira entrevista foi destinada a ser uma entrevista piloto, com o objetivo de verificar se o roteiro previamente elaborado estava de acordo com os propósitos da pesquisa ou se alterações deveriam ser nele efetivadas para se obter as informações desejadas. No contato inicial, explicou-se aos sujeitos que se chegara a eles por intermédio da instituição e explicitou-se o objetivo da entrevista: obter conhecimento da sua trajetória de trabalho, particularmente na UPF, e considerações a respeito da aposentadoria.

A entrevista piloto tornou-se um importante instrumento ao demonstrar que o roteiro da entrevista não contemplava a questão do jubramento, que incorporava valor significativo por ter sido o fator determinante da saída dos professores. Esse elemento estava apontado na lista fornecida pela UPF, mas só foi devidamente abordado apenas após a entrevista piloto, a qual proporcionou a revisão do enfoque da entrevista. Foi preciso, então, um segundo encontro com o sujeito do ensaio piloto para apreender a questão do jubramento, que passou ser o foco central, posição anteriormente ocupada pela aposentadoria complementar. Esse momento foi crucial para determinar um modelo definitivo de instrumento para a coleta de dados.

3.4 Procedimento para análise

As entrevistas foram transcritas utilizando-se como instrumento o *transcriber*, aparelho que possibilita diminuir a operacionalização mecânica de parar e fazer retornar a fita K-7. A vantagem encontrada em seu uso está na aceleração do procedimento ao reduzir significativamente o procedimento mecânico desta etapa, proporcionando maior concentração na escuta.

Utilizou-se como instrumento para analisar as narrativas dos sujeitos a análise de conteúdo. As afirmações de Bardin (1979), de López-Aranguren (1994) e as citações deste referentes a Berelson¹³ permitem entender como se estabelecem as etapas da análise de conteúdo e os elementos que a sustentam, orientando a forma de configurar a análise da dissertação. As seguintes etapas constituem a análise: leitura flutuante, formação de categoria, codificação e análise temática e processual.

a) leitura flutuante: após a transcrição das entrevistas, realizou-se a leitura flutuante do material constituído de cada sujeito. Esta leitura, segundo Bardin (1979), consiste em analisar o material de forma que o seu conteúdo possa tornar-se cada vez mais claro, deixando-se "invadir por impressões e orientações" (p. 96).

b) formação de categorias: a análise de conteúdo possibilita esclarecer os temas que orientam a dissertação - trabalho, jubramento e velhice e a análise da dinamicidade do

13 BERELSON, Bernard. *Content Analysis in Communications Research*. New York: The Free Press, 1952.

processo do jubramento - através da categorização dos elementos articulados nas elocuições dos sujeitos pertinentes a esses temas. A construção das categorias foi feita mediante as unidades de registro (temas) que aparecem nas falas dos sujeitos, tendo-se o cuidado de, ao se fazer os recortes necessários para a elaboração dessas categorias, não alterar o sentido da mensagem. Nesse sentido, López-Aranguren (1994) salienta que a unidade de contexto é a passagem onde está situada a unidade de registro que define o seu significado preciso; logo, é exatamente essa passagem que o investigador deve ler para determinar como está tratando do tema em questão.

c) codificação: no processamento das categorias foi utilizado o CAQDAS (*Computer-Aided Qualitative Data Analysis Software*), definido por Kelle¹⁴ (apud BECKER e TEIXEIRA, 2001) “como uma série de programas de computador orientados para o auxílio na análise de dados qualitativos” (p. 95). O programa NVivo foi utilizado como ferramenta por permitir a codificação de trechos dos textos das entrevistas no sentido de possibilitar a compreensão das categorias criadas. As referências encontradas na bibliografia a respeito do programa foram apenas citadas em exemplos de programas utilizados, não tendo maior aprofundamento. No entanto, o NUD*IST, outro programa para análise qualitativa, tendo como base o mesmo sistema de codificação do Nvivo e referencial mais consistente, foi utilizado para demonstrar as funções e a operacionalização do NVivo para a análise dos dados. A experiência com os dois programas permite afirmar que a diferença entre eles está na forma de anexar as codificações nas categorias correspondentes. O NVivo, a partir da indexação das entrevistas, permite que a codificação seja feita no momento da sua leitura. As codificações são acompanhadas na tela do computador, anexadas, concomitantemente, por mensagens de texto consideradas pertencentes a determinada categoria. No NUD*IST é necessária a codificação manual, a partir da enumeração das linhas do texto da entrevista, posteriormente indexadas ao programa.

Conforme Becker e Teixeira (2001), no NVivo os códigos são arquivos em um sistema denominado “nós”, os quais contêm as referências para as categorias, constituindo-se em recipientes que armazenam a codificação. Este é o princípio básico do programa: codificar o texto, armazenando as referências em nós específicos. O conjunto dos nós constitui uma árvore onde todos eles estão dispostos de forma hierarquizada e relacional.

14 KELLE, U. *Capabilities for Theory Building & Hypothesis Testing in Software for Computer Aided Qualitative. Data Analysis*. Sidney: QSR, 1996.

Assim, pode-se iniciar a análise de codificação dos nós a partir do seu mecanismo de *Index Search*, o qual possibilita formular questões sobre a relação entre as categorias e padrões de codificação dos documentos.

O NVivo permitiu agilidade no processo de codificação das categorias realizado durante a leitura das entrevistas. Posteriormente, durante a análise dos dados, as categorias eram acessadas automaticamente, com suas respectivas codificações. Entretanto, cabe ressaltar que o programa apenas oferece rapidez a esse processo, pois, como lembra Bauer (2002), o codificador humano é insubstituível e a análise de conteúdo mantém-se sendo uma ato de interpretação. Becker e Teixeira (2001) complementam afirmando que os programas de computador são apenas facilitadores da análise, permitindo explorar dados e testar hipóteses, mas não são substitutos da criatividade humana.

d) análise: concluídas as etapas de categorização e de codificação, partiu-se para as inferências, que são interpretações referentes ao sentido das mensagens emitidas pelos sujeitos; as quais foram introduzidas a partir de dois modos de análise das categorias: análise temática e análise processual. A análise temática refere-se ao exame de cada categoria quanto à forma como os sujeitos se articulam em cada uma delas, considerando-se que a sua construção partiu das elocuições dos próprios sujeitos. Essa análise objetivou, especificamente, entender tanto as próprias questões da trajetória de trabalho e jubramento como os elementos que as abrangem, com base nos significados que os sujeitos atribuem a elas. A análise temática seria o que Berelson¹⁵ (apud LÓPEZ-ARANGUREN, 1994) aponta como a descrição das características da comunicação, considerando que esse é um dos objetivos mais frequentes da análise de conteúdo.

Para introduzir o que se realizou por meio da análise processual, recorreu-se ao que Berelson¹⁶ (apud LÓPEZ-ARANGUREN, 1994, p.466) aponta como uma das funções da análise de conteúdo: “descrever tendências e mudanças no conteúdo da comunicação”. Pressupõe-se, então, que uma mudança na comunicação pode ser detectada e, ao mesmo tempo, que há um processo para se estabelecer tal modificação. Os fatores envolvidos nesse processo, quando articulados, tornam-se eixos norteadores para uma análise dinâmica, ou seja, compreender as condições de possibilidade para se estabelecer uma mudança. Assim, embora uma das funções principais da análise de conteúdo seja apenas

15 BERELSON, Bernard. *Content Analysis in Communications Research*. New York: The Free Press, 1952.

16 Idem

descrevê-la, não significa que se deva interromper a análise neste ponto; pode-se transpor a análise descritiva para uma análise dinâmica.

Na análise processual procurou-se manter a dinamicidade das narrativas dos sujeitos. Para alcançar este objetivo, foi necessária uma análise anterior. Realizou-se, *a priori*, a análise temática da vida de trabalho de cada sujeito (significados, organização de trabalho - exigências, condições de trabalho — relações com colegas e alunos e as satisfações proporcionadas pelo trabalho) e dos fatores relacionados ao jubramento (preparação, significados, atividades pós-jubramento e velhice). Assim, de cada categoria selecionaram-se os aspectos significativos, aqueles que forneciam a consistência da fala dos sujeitos. Nesse momento, observou-se que havia algo que perpassava as narrativas dos sujeitos, algo que interligava as categorias, integrando-as em processos que propiciavam a compreensão do jubramento de forma dinâmica.

Essa dinâmica tornou-se exequível ao se transpor a análise temática, realizada através de categorias compartimentadas a uma articulação entre elas, configurando a análise processual. A narrativa dos sujeitos é um processo articulador de vários fatores interligados, que, para serem analisados, primeiramente, foram categorizados com o objetivo de se estudar os pontos mais significativos. No entanto, para ser coerente com os processos que constituem o sujeito, voltou-se a eles em uma análise processual. A satisfação foi um dos elementos que possibilitou aos sujeitos conferirem significado ao trabalho. Estas questões, por sua vez, tornaram-se fatores que lhes propiciaram atribuir determinado significado ao jubramento. Incluíram-se, nesse sentido, as concepções dos sujeitos a respeito da velhice, pois o que marcou a saída deles do trabalho como professores foi terem completado setenta anos. Os quatro elementos - satisfação, significado do trabalho e do jubramento e as percepções referentes à velhice - delinearam o primeiro eixo da análise. No segundo eixo, tratou-se da preparação para o jubramento e do investimento em atividades realizadas na vida pós-jubramento. Os dois eixos configuram a análise das possíveis formas de os sujeitos pensarem e agirem. Salienta-se que os dois eixos não representaram uma cisão da análise, pois permaneceram interligados; no entanto, em termos didáticos, tornou-se necessário dividi-los a fim de melhor trabalhar as informações obtidas.

3.5 Limitações da análise

Para não haver o risco de identificação dos sujeitos da pesquisa, não se designaram as áreas de atuação dos professores e as ocupações administrativas que alguns deles exerceram. Isso não quer dizer que as generalizações efetivadas na análise destituíram as características dos entrevistados ou de suas narrativas, mas que essas considerações não expostas propiciariam aprofundar o entendimento das condições de possibilidade que permitiram aos sujeitos emitirem determinado significado ao trabalho e ao jubramento.

Algumas questões particulares da vida dos sujeitos, compreendidas como importantes elementos elucidativos, foram abordadas por meio de problematizações e indagações a respeito do tema analisado. Assim, mediante uma cuidadosa seleção das mensagens, mantiveram-se os sujeitos incógnitos, respeitando o compromisso ético reiterado pelo termo de consentimento informado.

Neste momento é de extrema importância ressaltar que esta pesquisa foi realizada em uma universidade particular, localizada no interior do Rio Grande do Sul, com profissionais com a peculiaridade de estarem presentes durante a construção da instituição ou dos cursos em que ministravam suas aulas. A presença desses sujeitos no período de criação da universidade, sua trajetória acadêmica, oportunidades e/ou desejos de atualização tomam o perfil do grupo particular comparando a outras instituições e até mesmo singular relativo aos demais professores incorporados na instituição após a sua fase de sedimentação. A partir disso, tem-se o objetivo de demarcar a impossibilidade de generalizar os dados obtidos para outros profissionais da mesma área. Alguns elementos de onde parte-se a análise, como significados do trabalho, suas satisfações e significados da aposentadoria podem servir para pensar que dimensões esses fatores tomam para os professores universitários, desde que os resultados da análise não sirvam como ponto de partida para possíveis enunciações apriorísticas para pesquisas de mesmo âmbito.

Outro apontamento a ser feito refere-se ao modo de organização das elocuições dos sujeitos. Observou-se que estes, de acordo com seu modo de ser, embora falassem de maneiras distintas, emitiam o mesmo valor sobre determinada questão. Alguns dos sujeitos mostraram-se eloquentes em suas declarações ao sintetizar os conteúdos das narrativas dos demais, tornando-as esclarecedoras para os depreendimentos da análise. Em virtude desta característica, suas sentenças foram freqüentemente utilizadas, evidenciadas na identificação dos nove sujeitos como S₁... S₉.

4 DESVELANDO A PASSAGEM DE UMA VIDA DE TRABALHO A SUA AUSÊNCIA

Para desvelar essa passagem é preciso, primeiramente, demonstrar o período de ingresso dos professores jubilados na Universidade de Passo Fundo, pois essa peculiaridade é utilizada no processo de análise. Posteriormente, delinea-se a análise em dois eixos norteadores para melhor elucidar seus elementos, embora não represente uma desarticulação entre eles, pois em vários momentos estão associados e se interpenetram. O primeiro eixo e sua forma correspondente de análise intitula-se “O interdito de uma vida de trabalho”, no qual se desvelam os significados do trabalho na vida dos sujeitos, as satisfações proporcionadas por este, as concepções da velhice, todos importantes fatores para a compreensão dos significados do jubramento. No segundo eixo, configura-se a vida pós-jubramento mediante o entendimento do investimento dos sujeitos nas atividades atuais, pautando-se na preparação para o jubramento. Esta proposição é denominada “A preparação para o jubramento como facilitador do redimensionamento da vida diante de uma nova perspectiva.” Ressalta-se que, nos dois eixos de análise construídos, as diferentes formas de pensar e agir foram abordadas a partir dos elementos constitutivos da vida dos sujeitos e apreendidas na expressão de suas narrativas.

4.1 Breve histórico da Universidade de Passo Fundo

Ao abordar a construção da Universidade de Passo Fundo (UPF), localizada na cidade de Passo Fundo, situada ao norte do Rio Grande do Sul, no Planalto Médio, busca-

se contextualizar o período no qual a maior parte dos sujeitos que participaram deste estudo ingressou na instituição. Muitos foram os precursores da criação de faculdades, pertencentes a duas entidades distintas, Sociedade Pró-Universidade (SPU) e Consórcio Universitário Católico (CUC). Posteriormente, da integração das duas instituições originou-se a Fundação da Universidade de Passo Fundo, levando à criação da UPF, que, em 2003 completou 35 anos. Muitos de seus jubilados são ainda mais antigos que ela, considerando-se fundadores por terem participado ativamente da criação dos cursos ou por terem neles ingressado quando foram constituídos.

Segundo Both (1993) e Guareschi (2001)¹⁷, a colaboração de um grupo de professores abnegados foi imprescindível para que a universidade fosse criada em 1968. A sua implantação efetivou-se pela fusão de duas entidades já existentes, mantenedoras do ensino superior de Passo Fundo, a Sociedade Pró-Universidade (1950-1967) e o Consórcio Universitário Católico (1956-1967).

A Sociedade Pró-Universidade tinha como ideário a construção de uma universidade. O presidente Getúlio Vargas vetou o sonho, mas não o extinguiu, quando apontou que, primeiramente, deveriam ser criadas escolas superiores. A partir de então, os esforços foram concentrados em criar cursos de ensino superior. A SPU, contando com uma diretoria e com um conselho eleito pela Assembléia dos sócios, iniciou a criação das faculdades, conquistas efetivadas vencendo constantes desafios. O Direito, a Odontologia, a Agronomia e o Instituto de Artes eram as faculdades pertencentes à SPU. Apenas a Faculdade de Direito tinha prédio próprio; as demais ocuparam espaços cedidos por outras instituições, funcionando em precárias condições. Esse era um dos principais empecilhos para que o MEC autorizasse o funcionamento das faculdades.

A SPU teve graves problemas internos de caráter político-partidário, que levaram à punição daqueles que julgava estarem desprestigiando a entidade mantenedora, com a substituição de professores e ameaça aos alunos de expulsão. Tais procedimentos culminaram na intervenção do governo federal, que suspendeu as verbas destinadas à entidade. Nova diretoria foi eleita, tendo como presidente o professor Elydo Alcides Guareschi, o qual, como diretor da Faculdade de Filosofia do Consórcio Universitário

17 Os autores não tiveram como objetivo fazer uma análise da construção da UPF, apenas tratando de descrevê-la; na presente escrita, segue-se a mesma perspectiva. As informações trazidas pelos autores são convergentes, não se considerando necessária a identificação da informação com o respectivo autor.

Católico, foi um importante mediador para a integração das entidades SPU e CUC, originando a Fundação da Universidade de Passo Fundo. Havia, então, a necessidade de restabelecer a credibilidade da entidade. Uma das tarefas era conseguir a autorização e o reconhecimento da Faculdade de Agronomia e o reconhecimento da Faculdade de Odontologia, que estava formando sua segunda turma sem tê-lo obtido. O Conselho Federal de Educação interveio, transferindo os alunos do último nível para outras faculdades do estado.

O Consórcio Universitário Católico (CUC) estava ligado a grupos de entidades de caráter confessional, envolvidas com a educação e preocupadas mais especificamente com a formação de professores para a expansão do ensino. A SPU foi previamente informada quanto aos esforços para a criação da Faculdade de Filosofia, alcançando sua oficialização em 1956, com três cursos superiores: Filosofia, Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas. No início, não havendo prédio próprio, suas atividades eram desenvolvidas no Colégio Conceição.

Desde o princípio as entidades, alimentavam a idéia de criar uma universidade. Para tanto, uniram-se os recursos das duas entidades, mas foram necessários longos anos de trabalho dos dois grupos que mantinham as faculdades isoladas para efetivar a fundação da universidade. Em parte, isso ocorria por problemas de cunho político na Sociedade Pró-Universidade, provocando desconfiança das autoridades federais; por outro lado, havia uma questão de caráter ideológico no Consórcio Universitário Católico, pois a integração não asseguraria os princípios cristãos, no sentido da perda de autonomia das faculdades pertencentes a ele. Dificuldades vencidas, 1967 foi o ano em que a Fundação da Universidade de Passo Fundo foi instituída, obtendo o reconhecimento em 1968. A Fundação da Universidade de Passo Fundo passou a ser a mantenedora da Universidade.

A contribuição dos professores na trajetória da UPF apresentou-se de várias formas. Detivendo o poder de eleger os dirigentes da instituição, iniciaram o processo no intuito de afastar as interferências político-partidárias na SPU, posicionamento que auxiliou na fusão das duas entidades. Até a Reforma do Regime Eleitoral, em 1993, somente os professores escolhiam o reitor e outros dirigentes; posteriormente, o voto dos professores recebeu peso 70 e os demais foram distribuídos, com peso igualitário, entre alunos e servidores. Instituição de caráter público, não tendo fins lucrativos, a UPF tem também a participação de representantes da comunidade nas decisões de interesse comunitário. Esse modelo foi efetivado após inúmeros pedidos sem sucesso para a federalização e estadualização da instituição.

Outras contribuições dos professores nos anos iniciais foram apontadas quanto à elaboração dos documentos básicos da instituição, dos planos de gestão, do Estatuto do Professor; nas comissões e grupos de trabalho em conjunto com a administração e na criação da Associação dos Professores. Esse aspecto pontua a ausência de uma cisão determinante na organização de trabalho entre os sujeitos que foram exclusivamente professores e aqueles que exerceram também funções administrativas, particularmente nos anos iniciais.

O Estatuto do Professor foi organizado para orientar a dinâmica da UPF, tendo sido elaborado por um grupo de professores das duas entidades, SPU e CUC. A deliberação de poder para os professores organizarem o estatuto decorreu da responsabilidade a eles atribuída da condução das questões político-administrativas e acadêmicas. Esses profissionais não foram apenas instituídos, mas instituidores do processo. As preocupações e a dedicação para a formação da universidade sobrepuseram-se ao aspecto financeiro, cabendo a esses instituidores, muitas vezes, a doação de seu trabalho, ou seja, executavam as atividades profissionais até mesmo sem remuneração condizente com as horas trabalhadas.

4.2 O interdito de uma vida de trabalho

O presente eixo é composto pelas considerações referentes ao “Trabalho: significados e satisfações” e ao “Jubilamento: significados e concepções da velhice”. Nestes tópicos, os modos de pensar e agir dos sujeitos são desvelados de duas formas:

a) O trabalho é enaltecido de sentido quando permite o desenvolvimento das capacidades humanas, potencializando-as para superar os próprios limites; originou modos de satisfações nas suas vidas, realizadas unicamente em suas atividades profissionais. Considera-se esses fatores como as condições de possibilidade para que o jubramento seja entendido como injustiça ao impedi-los de exercerem suas atividades de professores universitários, na medida em que determinou uma ruptura de projetos, do convívio com os alunos, enfim, com as satisfações proporcionadas pelo trabalho. Compreendem que esta resolução, generaliza-os em estereótipos da velhice, concebida como fase de declínio, ferindo a sua integridade ao não percebê-los em sua particularidade.

b) O trabalho é considerado como uma forma de ocupar a vida em algo; é um meio de subsistência, porque é pela remuneração financeira que se obtêm conforto e recursos para consumo. Então, se a aposentadoria oferece a possibilidade de manter o mesmo padrão de vida, pode-se pensar que seja esse o motivo pelo qual o jubramento é entendido como norma “natural” a ser cumprida, não havendo a emissão de outros significados. Outro fator articulado nesta questão está na concepção da velhice. A fixação da idade de setenta anos torna-se importante ao se compreender que, se, de um lado, passou-se a vida inteira trabalhando, de outro, há jovens esperando para ingressar no mercado de trabalho. Embora exista uma ressalva em termos de alguns estarem em suas plenas capacidades, o olhar conferido à velhice é de uma etapa em que o raciocínio e os reflexos são mais lentos. Assim, para evitar o constrangimento de selecionar quem está apto ou incapacitado de permanecer, há uma regra geral: o jubramento.

4.2.1 Trabalho: significados e satisfações

O trabalho como professor ofereceu condições para que os sujeitos emitam considerações a respeito do tema. Assim, em suas elocuições, ora as suas narrativas aparecem com terminações verbais no presente, ora no passado. Embora não executem mais a atividade de professor, o trabalho, para eles, não perdeu seu significado. Portanto, analisa-se o que o trabalho é para os sujeitos, o que posteriormente não ocorre quando se remete à questão da satisfação, pois, não trabalhando mais como professores, não podem mais usufruir dela. É nesse sentido que se entende a afirmação de Santos (1990), de que a aposentadoria pode representar a perda do papel profissional, embora o vínculo simbólico com o trabalho seja mantido através da identidade de trabalhador. A autora entende que não há uma ruptura com os modelos de identificação construídos no passado e apropriados como representativos do eu.

O trabalho, para os sujeitos, é um modelo a ser integrado na constituição dos membros da família, por ser útil e um *locus* de realização; é um modo de ocupar a vida que oferece o reconhecimento de ser sujeito útil ao refletir sobre ela. Promove a superação dos próprios limites ao permitir um contínuo desenvolvimento das capacidades humanas, além de possibilitar a subsistência para constituição e manutenção da família. Ainda, para um

dos sujeitos, na medida em que há remuneração financeira, o trabalho lhe dá poder de consumo.

Os sujeitos referem que o trabalho é “ *fundamental* ”, “ *essencial para tudo*”; percebem-no como “ *necessário para que você possa realmente viver* ”, ou, até mesmo, consideram-no “ *nem como obrigação, nem como castigo, se não uma coisa normal, como é comer* ”. Em que sentido designam essa qualidade ao trabalho?

Os significados atribuídos ao trabalho são pautados por uma visão de mundo esquadrinhada por suas relações nas esferas heterogêneas que compõem a sociedade, em relações de produção, política, economia, instituições, família, trabalho, entre outras. A sociedade contemporânea, pautada pelo mérito produtivo, considera como determinante a integração do ser humano no mundo do trabalho e articula esse pensamento no próprio modo dele agir e pensar. O trabalho, por sua vez, segundo Bosi (1987), significa a inclusão obrigatória no sistema de relações econômicas e sociais; assim, torna-se

um modelo a ser passado para os que vêm depois da gente porque a gente vai criando a idéia. Olha, a criança se criando num ambiente onde os pais trabalham e procuram demonstrar todo o dia como o trabalho é útil, é importante e até dá satisfação, a criança, naturalmente, já vai assimilando isto [. . .]. Então uma criança se cria num lugar onde o pai e a mãe não trabalham, não dão importância nenhuma pro trabalho. Evidentemente tem tudo para não querer trabalhar também. Claro que há exceções, mas a regra é esta. (S₈).

Esse modelo integra-se no processo de subjetivação, demarcado por meio da identidade de trabalhador, orientando a sua forma de ser: trabalhador honesto, dedicado. Tal concepção perpassa a sociedade articulando-se como um modo de ser do sujeito, abrangendo outras esferas que não as restritas ao trabalho, como o espaço familiar. A família é o primeiro grupo com que o sujeito entra em contato; como apontado por Heller (1970), é nos grupos que se estabelecem as mediações das normas e costumes; onde o sujeito aprende formas de agir que o orientam sem que a presença do grupo seja necessária. A norma social é ser produtivo e a família, como mediadora dessa norma, articula-se na constituição do sujeito:

[. . .] pelo tipo de responsabilidade que me foi, digamos assim, inculcado na minha formação, eu aceitei o trabalho como uma dedicação plena né [. . .]. Para mim é um valor fundamental [. . .]. Ele (pai) deu a todos os filhos esta lição da importância do trabalho e todos os meus irmãos se realizaram e se realizam exatamente pelo trabalho. Então o trabalho tem uma marca muito forte. (S₆).

A fala de S₆ permite abordar a problemática do trabalho enquanto único meio de realização, deixando os outros espaços em que habita e com que se relaciona empobrecidos de sentido e significado. Quando o trabalho se torna central na vida do sujeito, o dispêndio de sua força restringe-se quase que unicamente a esse espaço; logo, os outros territórios carecem de investimento. Essa pode ser uma das dificuldades para a vida pós-jubilamento, questão a ser posteriormente abordada no segundo eixo.

É um modelo tão determinante que, ao refletir sobre a vida, apenas o trabalho tem condições de demonstrar o quanto foi produtivo, não a deixando passar em branco, pois, através do exercício profissional, marca a sua presença. Essa concepção de trabalho expressa pelos sujeitos é contemplada por Marx (1968), quando afirma que o trabalho é dispêndio de força humana, no sentido fisiológico, e sob forma especial, na qualidade de trabalho útil, tornando-se então, uma atividade que, conforme Schaff (1992), dá sentido à vida; modo de significar o trabalho exemplificado nas seguintes elocuições:

[. . .] um dos dias que a mim me custava mais que passasse é quando a gente não tem nada a fazer, por exemplo, chega um domingo, e aí tu não tens aula, depois às vezes não tem assim outras coisas para fazer, então parece que as horas não passam. (S₅).

S₇ complementa: “Então eu acho que se a gente: eu quero esta profissão eu exerço esta profissão, eu vou exercê-la para eu me sentir realizado [. . .]. Depois no final da vida: não, eu não fiz aquilo, não fiz nada na vida. Isto não pode acontecer.”

O trabalho aperfeiçoa as capacidades humanas quando instiga o homem a buscar em si mesmo seu potencial e a desenvolvê-lo, o que lhe permite alterar as condições do que o cerca, transformando, concomitantemente, seu modo de pensar e agir. Nessa perspectiva, Ciampa (1993) afirma que “o trabalho é o dar-se do homem, que assim transforma suas condições de existência, ao mesmo tempo que seu desejo é transformado” (p.201).

Portanto, para os sujeitos, o trabalho permitiu-lhes que o seu olhar se tornasse mais audaz e a compreensão, mais perspicaz:

[. . .] este trabalho através, dentro daqueles parâmetros: te faz observar, te faz analisar, se pode melhorar assim ou assim. Hoje somos completamente diferentes de como começamos, justamente eu digo, te faz também, o amadurecimento do critério. (S₅).

Ainda nesse sentido, o amadurecimento dos critérios de analisar e observar proporcionados pelo trabalho, aparece como forma de criar condições para o homem superar a si mesmo ao ultrapassar os desafios nele encontrado. O que atesta o crescimento do ser humano é o produto da sua intervenção, que, quando bem-sucedida, é capaz de possibilitar a admiração de si mesmo, conforme a seguinte elucidação:

[. . .] as dificuldades estão aí para a gente vencer, os problemas existem para a gente resolver. Então a gente tem que resolver aquilo e a gente resolveu: puxa vida! Eu resolvi aquilo, isto é uma realização. [. . .]. Os seus limites têm que ser realmente superados. Se o ser humano não é capaz realmente de superar os seus limites, ele se perde, ele não se realiza. [. . .] O trabalho faz com que você possa realmente crescer e que você possa realmente se sentir superior, no bom sentido, superior que você é capaz de fazer alguma coisa [. . .]. (S₇).

Para os entrevistados, o sentido de subsistência da vida por meio do trabalho não foi prioridade, mas uma necessidade para a formação e manutenção da família. No entanto, em suas narrativas, procuram deixar claro que o trabalho “não é concebido apenas como fonte salarial” (BOSI, 1987, p. 390). Uma fala exprime bem essa questão:

Cheguei a fazer o que eu queria, o que eu gostaria de fazer. A importância disso é que eu estava sendo recompensado daquilo que eu estava querendo, é uma recompensa pessoal. Poder atender, fazendo o melhor, o melhor que eu pudesse fazer, aí a importância do meu trabalho. E como todos nós precisamos viver, procurava fazer o melhor pra que esta recompensa também me trouxesse, no sentido de constituindo família, dar a minha família aquilo que eles necessitavam, que se podia dar. A recompensa, infelizmente, de todo o trabalho tem que ser a remuneração. Além da parte pessoal, de que isto aí nada paga. (S₄).

Observa-se que houve um consenso da grande parte dos sujeitos referente aos significados do trabalho delineados na análise. Entretanto, não foi uma regra, pois é necessário ater-se ao S₁, que diverge da maioria. Para esse sujeito, o trabalho tem o sentido de uma ocupação para produção de algo que tem competência para realizar, centrando mais a sua importância na já referida questão de mero dispêndio de força humana. Prioritariamente, é necessidade humana para subsistência, propiciando adquirir bens de consumo:

[. . .] trabalhar numa coisa que você não entende bem, aí de fato seria um problema, uma coisa mais complicada. Mas se você faz o teu trabalho com conhecimento de causa, fazendo uma coisa razoável, aí a coisa vai embora. É de fato uma ocupação muito necessária. [. . .] De modo geral, o trabalho, assim, o normal é de ser uma ocupação para a sobrevivência e para progredir e conseguir alguns recursos, para obter seu lazer, seu bem estar. [. . .] o trabalho é mais uma necessidade, tem que trabalhar um pouco aqui, um pouco lá, para poder fazer uma pequena renda tem que ter um pouquinho de capital. Você vendo que com o trabalho você vai conseguindo algumas coisas materiais, um pouquinho de paz para ter uma tranquilidade, afinal de contas quem trabalha merece alguma remuneração. Então conseguindo trocadinho, trocadinho e comprar algumas coisinhas que te dê certa segurança já é um bom negócio. (S₁).

Quando pontua essa questão como prioridade, pode-se dizer que o modo de pensar de S₁ configura-se nos moldes da ideologia capitalista de produzir e consumir. Ao despendar sua energia no trabalho, ele recebe sua remuneração, o que lhe oferece condições de consumir. Na concepção de Rolnik (1989), a sociedade capitalista propaga o consumo desenfreado fazendo uso dos meios de comunicação, tornando essas idéias predeterminadas constitutivas da subjetividade.

É preciso problematizar os fatores que possibilitaram a esse sujeito o seu entendimento a respeito do trabalho. As mudanças nas condições de trabalho no decorrer da história da instituição podem ser importantes indicativos. A fase inicial de sua criação exigiu a união de esforços, promovendo a aproximação das pessoas envolvidas nesse processo. Para S₁, a satisfação provinda das relações estabelecidas com os colegas marcou esse período. Posteriormente, com o desenvolvimento da universidade, suas atividades foram ampliadas e mais profissionais foram contratados; conseqüentemente, dissipou-se a integração anteriormente configurada. Os pensamentos, que antes precisavam ser concatenados para sustentar a construção da universidade, quando já concretizada, tornaram os modos de pensar e agir nem sempre passíveis de negociação. Ao longo da

história da instituição, as características do período inicial alteraram-se, novas modalidades foram adotadas para sua sustentação, retirando do sujeito a satisfação. Isso, provavelmente, restringiu o significado do trabalho em termos de ocupação e fonte salarial, como pode ser evidenciado em uma das sentenças de S₁:

O fato de que era uma iniciativa que estava se criando um curso superior, feito por um grupo de loucos, de abnegados, de amigos sonhadores, com poucos recursos e tocar para a frente. A amizade, o trabalho conjunto, todo mundo se conhecia [. . .]. Então este ambiente, o clima era muito bom, a turma se conhecia, se falava, colaborava e não tinha tanta intriga, digamos, inveja, ah, ou um querer ser melhor do que os outros, não, todo mundo é da sagrada família. Então, neste sentido, era muito gostoso. Hoje em dia, principalmente pelo grande número de professores, pelo grande número de funcionários, a coisa quase virou uma cidade. Então, deixou de ser uma coisa familiar, como era na época e isto que é o ponto básico [. . .]. Daí de fato o afastamento gradual [. . .].

Os outros sujeitos, entretanto, compreendem o trabalho como uma necessidade vital. Por meio dele, o ser humano cresce, torna-se útil enquanto se ocupa em produzir algo e, em seu exercício, modifica a si próprio. Essas questões, já abordadas, são suficientes para responder à indagação anterior: em que sentido designam esse caráter atribuído ao trabalho? As satisfações que encontraram no trabalho apontam para a existência de outros fatores articuladores dos significados do trabalho.

Para compreender as satisfações que os professores jubilados encontraram na sua profissão, é preciso contextualizar as condições em que ingressaram na Universidade de Passo Fundo. Parte-se, pois, da questão apontada pelos autores Both (1993) e Guareschi (2002) quanto à participação ativa dos professores na construção da UPF, o que resultou numa forte vinculação com a instituição.

A criação da universidade não se fez sem resistências. O descrédito a uma universidade no interior do estado precisava ser rompido pelo comprometimento praticamente integral dos profissionais que nela trabalhavam. Reuniam-se esforços para que o sonho de construir uma sólida instituição fosse realizado, de modo que apenas uma tênue fronteira apontava os limites entre o trabalho e os outros espaços de suas vidas. As horas de trabalho não eram organizadas de forma rígida, pois as necessidades apareciam e precisavam ser sanadas. Então, a intensa atividade profissional era condição para que o pioneirismo pudesse ser estabelecido com sucesso. São essas questões evidenciadas nas elocuições:

Eu estava acompanhando todo este processo de reconhecimento da universidade e um conselheiro (do Conselho Federal de Educação) levantou esta dúvida: “Mas como nós vamos aprovar uma universidade lá no interior do estado do Rio Grande do Sul, numa cidade de Passo Fundo!”. Não sei o que ele imaginava, Passo Fundo, lá nos fundões. Aí ele perguntou: “Pode surgir uma universidade boa no interior do país?”. E a dúvida dele, a desconfiança dele, desmoronou totalmente porque hoje você vê que os receios dele não tinham razão de ser. Eram pessoas que eram sérias, eram pessoas que tinham um projeto de fazer uma boa universidade e lutaram para isto. (S₆).

Outro sujeito conclui:

Neste sentido você não tinha lá tanta liberdade: hoje estou por minha conta. De repente aparecia algum compromisso, uma visita aqui, outra visita lá, acompanhar alguém ou outro. Neste sentido, a disponibilidade dos fundadores e dos que começam a empreitada, eles estão aí principalmente para trabalhar. Neste sentido havia mais disponibilidade. (S₁).

A universidade tinha poucos recursos no período inicial de sua fundação e não havia como remunerar proporcionalmente as horas trabalhadas. Nem mesmo os professores exigiam o pagamento das horas extras, pois estavam engajados na construção da instituição, tendo conhecimento das suas precárias condições. Entretanto, isso não se tornou um obstáculo intransponível, pois ali era depositado um sonho, virtualmente pensado e materialmente conquistado. O empenho desses fundadores para alcançar o objetivo a que tinham se proposto teve momentos de desânimo, expresso no esmorecimento do entusiasmo. Contudo, o esforço requerido para a criação da UPF precisava ser mantido para dar continuidade aos projetos. Essa dedicação incondicional, compensada pelos desafios ultrapassados, contribuiu para que um sentimento fosse cultivado, sobrepujando o retorno financeiro.

[. . .] claro, às vezes, o ânimo baqueava, mas se segurou. É, não: Mas o que é isto? Chegamos até aqui, vamos ver até onde vai. Então com este esforço e aí você fica. Bom, mas se eu ajudei a fundar, como é que eu não vou fazer de tudo pra que isto continue, eu vou ser o primeiro a afundar? Não, e se queria, se gostava, tinha já amor pela faculdade, tanto que a gente trabalhava de graça, né. (S₄).

A dedicação ao trabalho foi imprescindível para que a construção da universidade passasse do plano virtual para o material. Os objetivos da instituição foram previamente traçados e postos em prática, os resultados, então, se presentificam nos espaços construídos e na formação de profissionais. Os entrevistados ainda encontram satisfação ao verificarem que os desejos foram realizados e as finalidades, concretizadas. Um deles explicita isso claramente:

Ver um projeto sonhado há tanto tempo por um grupo de pessoas está se concretizando e isto aparece materialmente, por exemplo, no campus da universidade, quando você anda no campus você vê os prédios, os gramados verdes [. . .]. Aquela efervescência de estudantes e professores. Esta é uma satisfação realmente muito grande que a pessoa sente. Eu sinto assim: Eu ajudei a construir uma coisa importante para a cidade de Passo Fundo e para a região. Então, a universidade preparou pessoas para serem, digamos, administradores [. . .]. Ela preparou deputados, prefeitos, vereadores, pessoas que têm liderança na comunidade. Preparou tantos empresários que iniciaram novos negócios com a formação que receberam da universidade. E aí vêm a arte, a cultura [. . .]. Creio que é uma satisfação ver esta realidade. (S₆).

O que é, então, uma universidade? É uma instituição que, ao mesmo tempo, conserva, reconstitui e origina uma herança cultural. Configura-se por saberes, idéias, valores, que são integrados, conservados e ritualizados. Mas também é capaz de reconstituir essa herança quando a reexamina, a atualiza, a transmite, originando saberes, idéias e valores, que, por sua vez, são nela incorporados (MORIN, 2002). O objetivo sempre presente da Universidade de Passo Fundo, segundo Guareschi (2001), é produzir e difundir o conhecimento concomitante a sua permanente procura, em interação com a sociedade, para possibilitar a inserção da sua diversidade, com a finalidade de promover o desenvolvimento do ser humano e sua formação para um pensamento crítico sobre a realidade. A dinâmica desse processo contínuo da universidade é co-construído na relação professor-aluno.

É nessa relação que os professores jubilados mencionam terem encontrado satisfação, pela sua capacidade de proporcionar atualização recíproca. O questionamento dos alunos e a necessidade de transmitir-lhes informações atuais estimulavam a procura pelo conhecimento. Para eles, foi reconfortante e recompensador perceberem-se como referência para a busca do conhecimento. Os alunos expunham aos professores as suas visões de mundo, permitindo-lhes uma compreensão do modo de ser e pensar dos jovens. Essa relação, embora tenha sido consolidada na universidade, não se restringia a uma linguagem acadêmica; a comunicação

continha questões do cotidiano familiar, da vida amorosa, entre outras. Em vista dessas considerações, pode-se dizer que o trabalho define-se como território onde se desenvolvem situações próprias das atribuições profissionais, que permitem ao trabalhador encontrar satisfação, efetivada unicamente no exercício do trabalho. Esses fatores delineiam a análise das fontes de satisfação que a maioria dos sujeitos encontrou no trabalho.

A formação dos alunos da universidade efetiva-se pelo trabalho do professor, num processo em que signos e pessoas estão integrados. Os conhecimentos adquiridos por meio do estudo e da experiência são seus instrumentos de trabalho e, é em virtude da transmissão desta vivência que eles obtêm como resultado do seu trabalho o aprendizado do aluno. Segundo Cenci (2000), essa é uma das responsabilidades do professor, na medida em que ele precisa preparar e ministrar aulas de qualidade, que possibilitem ao aluno criar condições de desenvolver habilidades para a competência técnica e o exercício crítico do saber. Na execução desse processo, os professores jubilados percebiam-se como sujeitos úteis, considerando-se em condições de possibilitar o desenvolvimento do outro:

Tudo que nós aprendemos desde realmente o fundamental, lá embaixo, até o pós-doutoramento, tudo que se aprende então é o que está no mundo. E o que está no mundo é o professor que transmite. Esta me parece a coisa mais bonita realmente do professor. [. . .]. E a gente realmente ensinar isto para pessoas que, vamos dizer entre aspas, que não sabem isto, era um prazer muito grande porque abria para eles a perspectiva nova de eu vou saber alguma coisa que eu não sei. [. . .] Quer dizer a gente sente esta realização pelo prazer do outro, de saber que o outro está se sentindo bem realmente contigo, que você está sendo uma pessoa útil para ele. (S₇).

Nas elocuições dos entrevistados, observa-se que os estudos necessários para conquistar a erudição na prática profissional passam a ser entendidos como matéria morta por não poderem ser mais transmitidos. Essa compreensão deve-se a própria função que exerciam como professores, na qual mantinham vivo o conhecimento por meio da transmissão do saber que auferiram. Nessa prática, para Cenci (2000), a responsabilidade do professor para consigo é de valorizar e dignificar seu trabalho enquanto meio de realização pessoal. A elocução a seguir, ilustra o quanto, no exercício profissional, os professores jubilados sentiam o seu trabalho valorizado, ao mesmo tempo em que valorizavam a si mesmos:

Eu tinha prazer em passar os conhecimentos que eu tinha, que eu auferi pelo o meu próprio esforço. Aprendi? Aprendi, mas este aqui vai fazer a mesma coisa que eu fazia, então vamos ensiná-lo para que ele saiba pelo menos até aquilo que eu sei [. . .]. Eu sempre dizia: não tem valor nenhum aquilo que você aprende e você não passa para outro, não tem valor, qual é o valor? Ficou para você, mas e daí? Termina em você e os outros que possam usufruir disto? Para mim não tem valor nenhum, valor tem se você souber e passar para outro.[. . .] mostrar para eles a experiência que eu tinha, voltando àquilo: se eu sei, se eu aprendi, por que não passar para eles isto aqui? [. . .]. (S₄).

De forma sintetizada, em outra elocução: “[. . .] tinha algo para dar a eles e eles buscavam algo em mim, então isto era muito reconfortante.” (S₅).

Os sujeitos que se realizaram ao passar o conhecimento adquirido ampliam a questão de sua mera transmissão a um saber co-construído na interação efetivada com seus alunos. As suas colocações permitem deduzir que a expectativa do aluno em relação ao professor é de que exerça o seu papel de ensinar. Ele dirige ao professor questões pertinentes à disciplina que ministra, o qual, no entanto, nem sempre encontra imediatamente as respostas em seu referencial, o que o motiva à procura incessante de conhecimento. O professor não apenas precisa sanar as dúvidas do futuro profissional como também se percebe num contínuo aprendizado, de tal modo que cada avanço é um rejuvenescimento, um renovar-se a si próprio.

Apoiando-se nas afirmações de Ciampa (1993), é possível entender que esse processo é o dar-se do professor, sua identidade de trabalhador é re-posta pelos alunos, reforçando sua função de transmitir conhecimento. Embora sua identidade de trabalhador permaneça, já não é mais a mesma, pela própria impossibilidade de o homem manter-se inalterável. A metamorfose de sua identidade processa-se no dar-se da sua atividade em busca de atualização e nas relações estabelecidas com os alunos. Benincá (2000) acrescenta que, ao reconhecer suas limitações e tentar superá-las, o professor está, juntamente com o aluno, enfrentando desafios em novas perspectivas na busca pelo conhecimento. Para os sujeitos, então, a relação professor-aluno permitiu que desenvolvessem simultaneamente suas capacidades, em um contínuo aprendizado, o que lhes proporcionava satisfação. As falas que se seguem expressam essas considerações:

Um professor gosta de ser professor por causa deste realmente convívio, deste convívio realmente com a juventude, porque isto em retorno faz com que a gente também se julgue realmente jovem. Mesmo a gente tendo 60, 70, 80 anos então, se a gente está lidando com pessoas jovens, a gente tá lendo, tá estudando, a gente está renovando realmente a sua inteligência, a gente sente que a gente rejuvenesce. E o rejuvenescer é a coisa principal do ser humano. [. . .] o ser humano gosta de se sentir realmente um ser realmente renovado. E professor, a profissão do magistério é aquela que dá mais estas condições, me parece, para mim foi assim, mais condições de rejuvenescimento [. . .]. Isto me parece fenomenal na carreira de professor. (S₇).

S₈ contribui nessa apreensão:

[. . .] se vou lecionar a matéria eu tenho que estar atualizado. E mesmo os questionamentos que os alunos faziam forçava a gente, neste ponto eu sempre fui muito sincero com eles, eu dizia: “Olha, não vamos deixar nenhuma dúvida, vocês perguntem, eventualmente, pode acontecer que vocês me perguntem uma coisa que eu não sei. Não sou obrigado a saber tudo, mas eu prometo pra vocês que eu vou estudar e se eu não puder responder hoje, na próxima aula eu vou responder.” Efetivamente, algumas vezes que aconteceu isto, eu fiz isto, mas sempre procurei responder. Mas isto me forçava a estudar também e a criar situações pra poder expor pra eles, então isto me dava satisfação.

A atualização não está restrita ao conhecimento de suas especialidades visto que a relação professor-aluno abrange outras esferas que integram o existir no mundo. Os jovens proporcionam aos professores a sua visão de mundo, o modo como pensam e agem na e sobre a sociedade. Para Benincá (2000), a função primeira do professor é estimular o aluno a pronunciar sua cultura, a desvelar sua realidade, procurando compreendê-la e situar-se nela. Pode-se considerar a relação do professor-aluno, mediada pelo conhecimento, num processo recíproco em que ambos assimilam saberes e mantêm a possibilidade de movimento e de expressão. A fala de S₈ é significativa para essa observação:

[. . .] eles (alunos) também atualizam a gente. A recíproca é verdadeira porque eles me atualizam também porque do modo com que eles vivem hoje não foi o mesmo modo que eu vivi, a gente aprende a compreender melhor a juventude. [. . .] a de convivência como ela é hoje, quer dizer a vida como ela é hoje, como eles encaram a vida hoje, que não pode ser a mesma que a gente encarou há 50 anos atrás. Tem tanta coisa que vai mudando, que, se a gente não faz este acompanhamento, a gente fica perdido no passado.

Nas falas da maioria dos entrevistados, observa-se que a convivência com os alunos permita-lhes uma comunicação não exclusivamente acadêmica. O professor aparece como um conselheiro ou um ouvinte atento dos percalços da vida dos alunos. A vida acadêmica, então, para esses sujeitos, também se caracterizava por uma relação afetiva:

Bom, eu conversava, sentava, vamos conversar, conta a tua vida pra mim. Eu conversava, eles me contavam, até na universidade que me contavam problemas da família, da própria faculdade. Então a gente tinha aquele diálogo com eles, dava bastante conselho pra eles também. Eu sempre dizia pra eles que o contato com eles era minha realização, me sentia tão bem, tão bem, era o contato com eles. (S₂).

Conforme outro entrevistado: “[. . .] todos os dias eles vinham contar pra gente os problemas deles também, não só com os estudos, como também os outros, de saúde, de relacionamento e tudo. Um contato muito sadio e agradável.” (S₈).

Em outra elocução: “[. . .] eu esquecia tudo quando eu entrava na sala de aula, por quê? Porque eu tinha uma resposta, tinha reciprocidade em termos de afeto.” (S₃).

Os significados atribuídos ao trabalho geraram, ao mesmo tempo, aspirações e desejos, sendo estas aspirações realizadas e os desejos concretizados na atividade de professor. A metamorfose da identidade de trabalhador era efetivada quando re-posta no exercício do trabalho e, nesse contexto, as relações com seus alunos foram eminentemente propícias para essa contínua transformação. As satisfações dimensionadas no trabalho articularam, para grande parte dos sujeitos, os sentidos preponderantes de seus significados. Mesmo quando questionados diretamente a respeito das dificuldades que encontraram como professores, apenas relataram casos isolados de falta de disciplina de alunos, os quais não se configuram como significativos *de e para* a análise.

4.2.2 Jubilamento: significados e concepções da velhice

Considerando-se que as satisfações encontradas no trabalho foram interrompidas quando os sujeitos foram jubilados, quais são os significados imputados ao jubilamento nessas condições?

Primeiramente, é importante considerar que alguns sujeitos da pesquisa tiveram parte ativa na elaboração do Estatuto do Professor, quando mais jovens e, agora, cumpriram a determinação que eles próprios prescreveram. Na criação da universidade, foram instituidores de seu processo, sendo posteriormente instituídos nas regras por eles mesmos organizadas. Lapassade (1983) contribui para pensar essa dinâmica com base nas idéias de Sartre. Segundo o autor, a formação do grupo origina-se na fusão da serialidade, ou seja, sempre buscando integrar, agindo contra a dispersão. A totalização também é característica desse período, é um ato do grupo sobre si mesmo, onde há um trabalho incessante em que cada membro é todo mundo e, ao mesmo tempo, ninguém, uma vez que cada um se faz necessário para a constituição do grupo. A relação sintética que une seus participantes por e para um ato é a unidade do grupo; a necessidade individual é sentida como comum a todos e articulam-se para seus objetivos que a própria unidade produz como comuns. São todos terceiras pessoas na medida em que eles mesmos e os outros tornam-se mediadores e mediados; as operações realizam-se enquanto um totaliza as reciprocidades do outro.

Segundo o autor, o grupo, então, organiza-se numa espécie de juramento, por meio do qual seus integrantes consolidam um compromisso com o grupo, evitando sua dispersão. Algumas funções são estabelecidas para cada membro e somente mediante a execução das tarefas delegadas é considerado pertencente ao grupo, mas permanece agindo como todos os outros para o objetivo comum. Nasce a instituição a partir do momento em que a organização se torna hierarquizada e as obrigações são definidas, existindo autoridades que possuem o poder de ligação de todas as mediações. As terceiras pessoas destituídas de serem seus próprios reguladores não possuem mais força para mudar a instituição, ou seja, de instituidores transformam-se em instituídos. Esse processo da constituição dos grupos explicitado por Lapassade (1983) evidencia a trajetória dos fundadores da universidade, cuja finalização deu-se pela aplicação da

promulgação do jubramento, que eles próprios formularam como instituidores e cumpriram como instituídos. A fala de S₆ elucidada a respeito: “Mas eu ajudei a aprovar este Estatuto e naturalmente eu tenho que cumpri-lo e tenho que aceitar que o cumpram em relação a mim.”

Os normativos do Estatuto do Professor da Universidade de Passo Fundo¹⁸ (1997, p.17) contêm no capítulo IX, a respeito da aposentadoria, o seguinte artigo referente ao jubramento:

Art. 29 Ao atingir a idade de setenta anos, o professor será, obrigatoriamente, jubilado por ato do reitor.
Parágrafo único. O professor jubilado, por proposta da direção da unidade e ouvido o Conselho Universitário, poderá ser designado para atividades administrativas, de pesquisa ou extensão, bem como de ensino em quaisquer cursos, exceto nos de graduação.

Os sujeitos da pesquisa não detêm a titulação exigida pelo Ministério da Educação e Cultura para exercerem atividades como professores na pós-graduação, o que os exclui terminantemente da função que lhes era gratificante. Conforme França (1999), abandonar tudo que o trabalho envolve na aposentadoria pode ser difícil. Aponta que o prazer encontrado pelo trabalhador na realização das atividades, o ambiente, o trajeto para o trabalho, as relações com os colegas e clientes são alguns componentes que fizeram parte de sua história. Por esse motivo, de acordo com a autora, alguns trabalhadores não querem se desligar do trabalho. Retirar-se do trabalho representa, para grande parte dos sujeitos da pesquisa, “uma injustiça”, “um crime”, “um demérito”, que “frustrou”, “que foi penoso”, que deixou um “vazio”. O que delineaia esses significados atribuídos ao jubramento e suas repercussões? A impossibilidade de continuarem obtendo satisfação por intermédio do trabalho por terem se sentido julgados inaptos para seu exercício em virtude da idade. Essa percepção está nas narrativas de grande parte dos sujeitos. Quanto à perda do convívio com os alunos, a elocução de um deles é ilustrativa:

18 Estatuto do Professor da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

[. . .] o que mais sinto falta hoje não é propriamente de dar aula da matéria em si, mas é por causa do contato com a juventude. Então, eu, por exemplo, sou bastante avesso a alguns costumes atuais, eu sou incapaz de ir numa boate que eu não agüento aquelas luzes, aquela coisa e aquele barulhão. No meu tempo, quando a gente ia num baile a gente dançava com a moça nos braços da gente e a gente conseguia até falar com ela, coisa que hoje não se consegue. Então, justamente pra dificuldades como esta vão se amenizando, vão até desaparecendo no contato que a gente vai tendo com gente jovem. Todo dia vai falando e eles convidam a gente: “Oh, nós vamos ter uma festinha aqui e ali”. Então, mal ou bem, a gente tem que participar de alguma coisa. Então, este contato eu acho superimportante para gente não ficar completamente ultrapassado e sepultado com idéias do passado que hoje já não valem mais. Isto que eu sinto muita falta [. . .] (S3).

Outro entrevistado refere-se à ruptura de projetos e do relacionamento com os colegas de trabalho:

[. . .] você dedica uma vida inteira a um projeto e, de repente, você se afasta deste projeto, embora você sabia disto, foi se preparando, embora tudo isto. Cria realmente uma relação bastante difícil. Então você se afasta de pessoas com as quais você convivia [. . .]. (S6).

Ou, mesmo, a interrupção da própria execução do seu trabalho: “[. . .] então, quando você faz as coisas porque gosta, você faz bem e tudo. Então eu lecionava porque gostava. Agora quando chegou no jubileamento, eu já estava esperando porque sabia, eu não gostei [. . .].” (S9).

Um dos sujeitos aponta a perda de motivação para continuar se atualizando visto que, não encontrando uma reciprocidade de interesse pelo conhecimento adquirido, este perde muito de seu valor:

[. . .] a gente não tem mais aquela atividade que a gente tinha: bom, eu vou preparar aula, aquele negócio mudou, deixa eu ver no livro como é que é [. . .]. Uma leitura pra mim tá, aumenta o meu conhecimento, mas eu não posso passar este conhecimento pra ninguém. Eu podia na universidade: “Ah, a propósito, eu li um livro que tatata, o professor fulano diz isto, isto e isto”. Então isto eu podia passar pra alguém e provocar reflexões em alguém, que alguém também se interessasse por isto. Isto agora é o que eu leio eu tenho que guardar pra mim. (S3).

Os sujeitos apontam a falta de respaldo da universidade após o jubramento, bem como não acreditam receber o respeito que entendem serem merecedores. Para Carlos et al. (1999), no sistema de valores sociais, o trabalho tem valor preponderante, de tal modo que sua ausência é um fator de marginalização social. Portanto, ao não mais trabalharem na instituição, os professores jubilados sentem-se completamente excluídos por ela:

[. . .] agora com a universidade não tem nada, não posso, não tenho plano de saúde da universidade, não posso freqüentar a piscina da universidade, não posso, não há uma sala de reuniões pros professores jubilados, não há nada, quer dizer, passou e não existe mais: tchau. Não que a gente queira um reconhecimento, que isto é bobagem. Mas assim, não fazer, por exemplo, daqui há mais 5 anos, ou coisa assim, eu sou um estranho completo, se eu chego lá na Universidade, dizem: “Quem é este cara que apareceu aí?” Então não há, se houvesse alguma coisa assim, como há, por exemplo, reuniões de jubilados junto com outros, por exemplo, com os professores pra alguns eventos serem convidados também os jubilados. Também neste ponto da assistência médica aí, o indivíduo, evidentemente, teria que continuar colaborando financeiramente todos os meses, mas não simplesmente excluir o indivíduo do plano de saúde.[. . .] (S₈).

Nesse sentido um sujeito reforça: “[. . .] mas jogar fora e simplesmente isolar os professores: não, agora não entra mais aqui, você não é mais nada. Pelo amor de Deus, isto é horrível.” (S₉).

Também se identificou como dificuldade para desligar-se das atividades de professor universitário o fato de a maioria dos sujeitos terem se aposentado, anteriormente, de outros trabalhos e passado a se dedicar exclusivamente à universidade. Dessa forma, as habilidades conquistadas ao longo dos anos foram investidas integralmente no exercício de suas funções como professores da UPF. A fala de um entrevistado ilustra essa questão:

[. . .] eu fiquei com o tempo livre, então eu já podia dar aulas de manhã, de noite, que não havia mais choque nenhum de horário. Aí eu fiquei dando estas duas disciplinas até o ano de 2000, o ano que eu fui jubilado. [. . .] eu vou sair e não vou parar, eu vou me preparar melhor, pra poder dar melhores aulas, pra poder ser melhor professor, vou ter mais tempo pra isso, vou ter dedicação integral [. . .]. Eu acho que por isso eu senti mais falta da universidade, é porque ela representou a parada completa do trabalho. (S₈).

Os professores jubilados certamente foram substituídos por outros, por meio de novas contratações ou ampliação de horários de profissionais já existentes na universidade. A saída deles ofereceu condições para a entrada dos mais jovens, com a renovação do quadro de trabalhadores proporcionada pela aposentadoria. Salgado (1982) considera a aposentadoria como possibilitadora de um novo valor social visto que as pessoas, em uma determinada idade, devem se afastar das atividades economicamente produtivas, pois a aposentadoria as mantém financeiramente. Ela é facilitadora desse valor enquanto forma de proporcionar a rotatividade no trabalho, propiciando espaço para os mais jovens. Os sujeitos apontam sobre essa questão:

Então pessoas que estão no vigor da sua intelectualidade, do vigor da sua inteligência, da sua competência, querer realmente afastar estas pessoas do serviço, do magistério, é um crime. Inclusive em desprestígio do próprio ensino, colocar realmente, às vezes, pessoas inexperientes então no lugar deles para aprender, para depois ensinar é muito perigoso. (S₇).

[. . .] a gente pode querer ser bom professor, mas a prática só vem com o tempo. (S₂).

Percebem em si mesmos a prevalência da instantaneidade, característica da sociedade contemporânea, apontada por Harvey (1996) na dinâmica do descarte, pela qual se jogam fora valores, lugares, pessoas e modos adquiridos de ser:

[. . .] a gente estudou tanto, se preparou tanto pra chegar a um ponto e ficar assim né. Eu, por exemplo, eu não me sinto, eu me realizei naquela parte, mas se eu pudesse estar trabalhando, eu ia continuar trabalhando. [. . .] mas só tem vaga pros jovens. (S₂).

O ponto referido permite aprofundar o jubramento enquanto permeado pela questão da velhice. Conforme Salgado (2000), ao se fixar uma idade para a aposentadoria, começa a haver conjecturas incorretas de que a idade estabelecida significa velhice e incapacidade funcional, as quais vêm sendo utilizadas para pautar políticas de aposentadoria compulsória. Para os sujeitos, é desse modo que foram julgados pela instituição onde trabalhavam, pois “[. . .] dizendo: com 70 anos ninguém mais pode

trabalhar, quer dizer, presumir que com 70 anos todo mundo não serve mais. Neste sentido, a gente se sente frustrado porque a gente é julgado inútil.” (S₈). Ou seja: “[. . .] tão dizendo que tu já não és útil para a universidade, tu podes traduzir assim.” (S₅).

O jubramento retira a autonomia do sujeito na medida em que não lhe possibilita uma escolha, ou seja, é uma norma impositiva. A autonomia, para Goldim (2002), significa uma pessoa ser capaz de deliberar a respeito de seus objetivos pessoais e de agir em direção a eles. Respeitá-la é valorizar a opinião e as escolhas, favorecendo ao indivíduo a liberdade de agir com base em seus próprios julgamentos. Com base nesse esclarecimento, evidencia-se que não houve consideração à autonomia dos sujeitos, elucidada pela seguinte elocução: “Jubila é um termo muito bonito: fui jubilado, né, mas é só o termo, é só o termo. [. . .] É que você não escolhe né, você não optou por deixar de lecionar, foi uma imposição.” (S₄).

A fala transcrita introduz a questão do termo “jubramento” e a generalização de sua determinação a todos os professores, independentemente das suas particularidades. De acordo com Carlos et al. (1999), a aposentadoria e o jubramento são utilizados como sinônimos, contudo o segundo tem muito mais a conotação de encher-se de júbilo, alegria ou, ainda, no sentido de desligar um aluno por excessiva permanência na escola. Acrescentam que o sentido positivo que algumas línguas latinas, como o italiano e espanhol, atribuem a “jubramento”, em português não tem uso corrente. A qualidade desse termo como encher-se de júbilo não foi atribuída pelos sujeitos. Neste trabalho, optou-se em utilizar com maior frequência a expressão “jubramento”, em vez de “aposentadoria compulsória” ou “obrigatória”, por ser o termo mencionado pela universidade no seu Estatuto do Professor e emitido durante toda a narrativa dos sujeitos.

A produção da subjetividade capitalística, apontada por Guattari e Rolnik (1986), tenta serializar todos os seres humanos de forma a normatizá-los em esquemas de valor hierarquizados. O velho, nesse processo, onde predominam os atributos de força, agilidade, características atribuídas aos jovens, é generalizado como uma pessoa passiva, de raciocínio lento e, portanto, descartável. Agrava-se a situação quando, segundo Veras (1999), a aposentadoria torna-se a marca da inutilidade social, reforçando a característica de decadência designada à velhice.

A partir dessas considerações problematiza-se a inserção do jubramento no Estatuto do Professor. Alguns sujeitos apontam-no como uma reprodução das diretrizes de outras universidades, mas um deles relata que em realidade, deveu-se a um caso isolado na

instituição. Na época, diante da reclamação dos alunos em relação às condições de um professor em ministrar suas aulas, a universidade tentou de várias formas convencê-lo a retirar-se, sem, contudo, obter êxito. Então, a instituição decidiu que aos setenta anos os professores não mais poderiam lecionar. Por isso, “[. . .] para evitar você selecionar uns podem e outros não, então tem uma regra geral.” (S₁).

Dentre as várias formas de configuração da velhice, uma delas foi utilizada como modelo de todas, homogeneização compartimentada em um único sistema de valor: incapaz e, conseqüentemente, sem serventia para a instituição. Nesse sentido, a contrariedade à aposentadoria compulsória é expressa na seguinte passagem:

[. . .] quer dizer a pessoa tem realmente condições de dar aulas. [. . .] Agora, pessoalmente, então, eu acho que é uma injustiça e dependia realmente de cada indivíduo, de cada pessoa olhar a situação dele ou não, se ele tem condições ou não. (S₇).

Como isso não se efetiva, “[. . .] o estatuto é omissivo, só diz que aos 70 anos o professor é dispensado. [. . .] é uma mágoa que, porque eu gostava de lecionar [. . .].” (S₃).

A avaliação do professor de acordo com a sua competência, independentemente da idade, seria uma alternativa visto que

[. . .] tem gente que não tem 70 anos que não pode mais trabalhar, que tem problema mental, é nervoso pra dar aula, agora tem gente com 70, 80 anos que pode. Tem gente com 70 anos tá bem, é bom professor, por que não? [. . .] que tem muita gente que tem uma certa idade, mas que está capacitado muito melhor do que muitos por aí. (S₂).

O que seria justo ou não não é uma resposta difícil de ser respondida pelos sujeitos, pois, de forma particular, pensam que poderiam permanecer ministrando suas aulas. Contudo, no sentido geral, entendem estar desrespeitando as diferenças, pois nem todos estão em suas condições plenas para exercer suas atividades como professor. Um dos sujeitos aponta essa ambigüidade:

Isto também é muito relativo. O que eu posso considerar injustiça, considerar injusto, as outras pessoas podem considerar que foi muito justo. Então eu acho que é muita questão muito difícil da gente definir. Eu não me atreveria agora a dizer o que é justo. No meu ponto de vista, pra mim, seria me deixar continuar a dar aula. No momento eu pensava só em mim, eu imaginava assim: “Mas não é possível, isto não é justo”. Eu tenho muita coisa pra contribuir ainda. Aí conversando com outras pessoas, as pessoas foram me dizendo: “Tu tens que pensar que nem todas as pessoas são como você [. . .], não são bons professores, os alunos não os querem mais [. . .], já estão com problemas de saúde. É um limite que a universidade impôs até pra preservar determinados professores.” Então, o que eu vou dizer? Realmente é isto. Realmente eu não posso pensar por mim. Esta energia toda que eu ainda tenho, graças a Deus, esta vontade, esta possibilidade de colaborar, de contribuir. Nem todos são iguais, a gente tem que respeitar as diferenças também. (S₃).

A elocução transcrita permite problematizar a velhice com referência à impossibilidade de sua mensuração em parâmetros estatísticos, pois a idade cronológica distingue-se da biológica. Para Motta (1999), a idade cronológica tem sentido apenas em termos legais ou sociais, enquanto sua medida é fornecida pelo tempo transcorrido desde o nascimento. A impossibilidade de medir a idade biológica, de acordo com a autora, deve-se aos eventos biológicos ocorrerem de maneira distinta e em ritmos diferentes para cada pessoa. Os fatores socioeconômicos, ambientais, psicológicos, entre outros, influenciam no modo como o indivíduo vive, ou seja, como envelhece. Isso, então, implica considerar a velhice, engendrada no processo do envelhecimento, como heterogênea. Alguns sujeitos compreendem essa diversidade:

Eu acredito que não tem nada a ver com a idade cronológica. Tem muita a ver, no meu ponto de vista, com a, digamos assim, a clareza que a pessoa tem, questões da cabeça. Das concepções de vida, concepção de mundo, a concepção de si mesmo [. . .]. (S₃).

Entretanto, numa sociedade onde há supervalorização dos meios de produção, tem-se como resultado a marginalização de quem se encontra fora de sua hierarquia de base. Como o sistema capitalista procura modelar pensamentos e comportamentos, manipula e constrói uma

[. . .] mentalidade arraigada [. . .] a um conceito social que entende realmente, aquele que está chegando perto do fim, é uma pessoa realmente velha, e sendo uma pessoa velha: velho não presta, velho é inútil, velho não serve para nada, velho tem que ir para casa [. . .]. (S₇).

A gerontologia, por meio de seus estudos e pesquisas, tem se preocupado em desmistificar essa representação social da velhice. Conforme Silverman¹⁹ (apud DEBERT, 1999), um dos modelos propagados pela gerontologia é do idoso ativo, sempre capaz de dar respostas que se contraponham aos estereótipos relacionados à velhice, o que, para Debert (1999), pode tornar os problemas referentes à velhice, como a maior suscetibilidade para o aparecimento de doenças, dimensionados no sentido de quem não é ativo. A problematização levantada pela autora presentifica-se no pensamento dos entrevistados, o que é exemplificado na seguinte elocução:

Acho que é a pessoa que se entrega ou por vontade, ou por falta de vontade, não é falta de vontade que a pessoa não queira, às vezes, quem sabe até quer, mas uma falta de energia, digamos assim, não é degradação, mas uma perda de energia, uma perda da possibilidade. Uma percepção também, muitas vezes, a gente vê pessoas dizendo que não prestam mais pra nada.[. . .] Mas pra mim, o velho é isto, é a pessoa não ter mais energia, é se deixar vencer pelas circunstâncias da vida. (S₃).

Em contraposição, não ser velho é “[. . .] esta vontade, esta energia que a pessoa tem que ter e acreditar, de poder sentir e acreditar que pode contribuir, que pode colaborar [. . .], cheia de energia, cheia de vontade, com muita disposição, com muita perspectiva ainda [. . .].” (S₃).

Outros sujeitos concebem-se como velhos mas exclusivamente no aspecto físico, pois mantêm a integridade intelectual, justamente o requisito em que entendem terem sido julgados como inaptos. Preti (1991) afirma que ninguém se sente velho em todas as situações, o que a narrativa dos entrevistados expressa nesta elocução:

19 SILVERMAN, P. Introduction: the life course perspective. In: SILVERMAN, P. *The elderly as modern pioneers*. Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

[. . .] uma das coisas que para mim o envelhecimento me afeta é esta questão de que digamos, fisicamente eu já não consigo fazer tudo o que fazia quando eu tinha 20, 30, 40 anos. [. . .] veja, agora, o poder de pensar. Eu o tenho hoje tão desenvolvido como antigamente, de julgar as coisas e até mais porque tem toda esta vivência, quer dizer, e tudo isto me serve para fazer uma função. (S₅).

Um dos sujeitos entende a velhice como período de declínio, mesmo quando considera a existência de diferenças particulares. Assim, o valor social de conceder o lugar para os mais jovens está inscrito no seu modo de pensar, o que torna o jubramento uma regra geral pertinente aos setenta anos.

Com certeza que o sujeito quando atinge os seus 70 anos, ele já tem as suas reações mais lentas, ele já começa a ficar mais esquecido de dados, elementos, ele já se torna de fato uma pessoa mais, como é que se diz, mais lenta, não tem mais aqueles reflexos. Então é uma coisa natural que ele ceda lugar para gente mais jovem. [. . .] 70 anos, ta bom, uns estão plenos, conscientes e na ativa e outros já estão desgastados. Então para evitar que os mais adoentados, os mais caducos continuem né, acho que a regra geral é uma boa. (S₁).

De acordo com a análise realizada, pode-se dizer que as satisfações encontradas na atividade profissional, quando impossibilitadas pelo ato institucional do jubramento, configuram o seu significado como uma injustiça. O ato impede que continuem exercendo a atividade prazerosa e para a qual se consideram plenamente aptos, representando uma ruptura de projetos, de expectativas, do convívio com colegas de trabalho e com a juventude. Também é uma injustiça com os próprios alunos, ao desprestigiar o ensino, dispensando a formação, a prática e a competência daqueles ainda capazes de transmitir o conhecimento adquirido durante longos anos, enfim, desrespeita as diferenças individuais. O jubramento retira do professor autonomia de decidir a respeito da própria vida e, por causa dessa imposição, os jubilados entendem-se julgados como inúteis e, portanto dispensáveis.

Por outro lado, para S₁ o significado do trabalho é meramente ocupação para a vida e para a subsistência e o sujeito satisfazendo-se em fazer algo razoável, facilmente substituível por outra ocupação, o jubramento é uma lei a ser cumprida. Nessa perspectiva, para esse sujeito a norma é necessária para dar espaço aos jovens e, embora as particularidades evidenciem diferenças quanto às plenas condições de suas capacidades ou não, os setenta

anos representam um período de declínio, configurando, de modo geral, lentidão dos reflexos e do raciocínio.

4.3 A preparação para o jubramento como facilitador do redimensionamento da vida diante de uma nova perspectiva

Preparação é a construção de um projeto a ser realizado, preconizado mentalmente e/ou em ações. Na preparação para aposentadoria, o trabalhador, ao avaliar as suas condições financeiras, de saúde e os elementos integrantes do modo como organiza sua vida, pode estabelecer diretrizes que o orientem na ausência do trabalho. É um momento de reflexão do que está por vir, ou seja, pensar em possibilidades de agir diante da falta de práticas que delinearão o seu cotidiano. Ao remeter-se a um futuro ainda não vivido, o trabalhador pode ponderar sobre atividades exercidas fora do espaço de trabalho que minimizem os anseios experimentados diante do desconhecido. Para França (1999), isso requer um replanejamento do projeto de vida, de forma a administrar as perdas e reavaliar desejos e perspectivas.

Segundo a autora, a empresa deve oferecer programas de aposentadoria que viabilizem informações e discussões sistemáticas de acordo com os interesses e indagações das pessoas próximas a esse evento, utilizando as experiências dos aposentados. Aponta, por outro lado, que também é necessário uma responsabilidade do aposentado em construir seu próprio destino na luta contra as perdas advindas da aposentadoria e na busca de outras atividades.

A UPF não tendo programas de preparação para a aposentadoria para seus servidores, fez-se necessário aos professores jubilados buscarem suas próprias alternativas para efetivá-la. O pensar e o agir refletem-se nos modos de preparação para o jubramento, pois alguns sujeitos, tendo a expectativa do afastamento da instituição, planejaram e realizaram mudanças na organização do tempo empreendido para as atividades nela exercidas. Como não gostariam de deixar de lecionar, foram

[. . .] mentalizando um pouquinho [. . .]. Então eu já comecei por fazer o seguinte, em lugar de 40 horas, fiquei só com 20 horas. Então já comecei por trabalhando dois anos antes, um pouco menos, ia diminuir a minha aposentadoria um pouco, mas optei por isso. Então já estava menos tempo na Universidade do que antes, já dava bem menos aulas [. . .]. (S₅).

Um dos sujeitos não apenas reduziu o número de horas de trabalho, como alterou sua forma de ministrar as aulas, inserindo nelas profissionais por ele escolhidos para serem seus substitutos. De acordo com França (1999), os trabalhadores mais antigos poderiam ser estimulados a delegar tarefas de rotina para os que estão ingressando na empresa, de forma a que estivessem mais disponíveis para a transferência de informações e para tarefas que requeiram maior experiência na sua execução. O estímulo referido pela autora partiu do próprio sujeito, que passou a atribuir tarefas para outros colegas acompanhando o processo, na tentativa de que as aulas de sua disciplina continuassem a ser ministradas a sua maneira. Mesmo tendo consciência de que seus substitutos poderiam fazer modificações no modo de atuação profissional, ele preferia ter a ilusão de que as coisas se manteriam, solicitando-lhes, inclusive, que assim o fizessem, pelo menos no período em que ali se encontrava. Essa preparação não se fez instantaneamente, iniciando-se

[. . .] um ano antes [. . .]. Eu já não dava mais aula teórica, só assistia às aulas teóricas [. . .]. Ia mais pra prática, na prática eu dava aula prática pra eles. Então já fui me resguardando, reduzindo, já não dando aulas. [. . .] aí eu tinha um ex-aluno que foi fazer mestrado, quando ele voltou do mestrado eu já disse pra ele: [. . .] “não faço mais prova, não corrijo mais prova, posso te ajudar a elaborar, quando vocês quiserem pra alguma coisa, uma pergunta, mas não faço a prova, não elaboro a prova e não corrijo prova, nas aulas práticas eu elaboro uma notinha. Mas pode ir tomando conta da cadeira”. Aí passou mais um pouquinho e outro ex-aluno foi fazer mestrado, já estava terminando o doutorado, terminou parece, [. . .] e aí: “Você vai ter o doutorado, você vai ser o chefe, eu tenho mais tempo, mas você é mais graduado, então assim, assim. Vocês já foram meus alunos, sabem como é que é, gostaria que vocês continuassem assim, dentro né, pelo menos o mais geral continuem assim, acho que é o certo. Se vocês acharem que não é certo, mudem depois, que vocês vão ficar na cadeira.” [. . .] mas eu sempre junto. (S₄).

Outra forma de preparação realizada por um dos sujeitos foi mediante a reflexão sobre suas atividades. Com isso, ao constatar que algumas dessas seriam plenamente realizáveis por outras pessoas, como o exercício do magistério, passou a considerar-se apenas um adendo. Contudo, faz também uma inversão desse raciocínio, passando a ver essas atividades como

acessórias na sua vida. Em contraposição, tarefas que exijam uma pessoa qualificada, nas quais o conhecimento e a experiência são requeridas, apresentam-se para ele como de importância capital, razão pela qual é nelas que S_6 procura investir. Na suas próprias palavras,

[. . .] há coisas que a esta altura me parecem que são acessórias e há outras coisas que me parecem essenciais. Então, no meu modo de ver, eu não quero me afastar do trabalho, mas eu penso de cuidar mais de algumas coisas que são mais essenciais, que ainda são importantes fazer e deixar estas coisas mais de rotina, que eu chamo acessória. Mas as coisas de rotina deixa que outros façam, toda a juventude que está chegando [. . .]. Mas a minha visão, hoje, sobre trabalho é esta: [. . .] O que é ainda importante? O que é ainda essencial? Eu vou buscar a me dedicar a isso, fazer aquilo que me parece que são coisas de maior importância e ir me afastando destas outras coisas que certamente outros poderão fazer com mais facilidade. [. . .]. Então, é um exemplo, o que deixou de ser importante e outras coisas que deixaram de ser importantes: não tenho mais nenhum interesse em magistério. Mas há outras coisas que surgem na comunidade em que a gente sente, é o momento de assumir. Então, para mim, isto é importante, para a comunidade é importante [. . .].

Para realizar tal reflexão, o encontro com um grupo de amigos foi primordial. O tema da velhice abriu as discussões desse momento. A partir das questões proferidas por esse grupo, pode-se dizer que seus integrantes expressavam, mesmo que não explicitamente, a contrariedade dos modos de pensar e agir engendrados na sociedade contemporânea, que, pautada pelos meios de produção, conduz a que o valor destinado ao novo prevaleça sobre o velho, seja objeto ou pessoa. O descarte do que é considerado velho é o resultado desse processo, idéia reforçada pela aposentadoria, que, em virtude da saída do modelo produtivo, acrescenta o desígnio de inútil para quem a atinja. Esse conjunto de formações ideativas articuladas nos processos de subjetivação está inscrito nos pensamentos desse grupo de amigos de S_6 , mas na tentativa de se distanciarem desses preceitos, tentam encontrar possíveis saídas:

[. . .] ninguém vai parar, ninguém tá inútil, ninguém tá imprestável, todos nós nos sentimos com vontade de fazer, temos muito a fazer, mas vamos fazer as coisas que nos parecem importantes. E aí que veio esta discussão: Bom, fazer o que agora? Então pensamos que há coisas essenciais e que há coisas acessórias. Não sei como é que meus colegas conseguiram pôr na prática isto, para mim não foi tão fácil. Ainda to trabalhando para tentar realizar isto. Então, é uma reflexão que a gente faz, que eu acho importante, para preparar esta mudança.

Embora esse grupo tenha se reunido em um momento esporádico, foi uma ocasião que lhes oportunizou reflexões e propostas para um modo de vida. Evidencia-se o quanto programas de preparação para aposentadoria podem ser geradores de discussões e potencializadores da busca de alternativas diante das novas perspectivas que se apresentam na aposentadoria. Como, para S₆, não tem sido fácil empreender na prática o que planejou virtualmente, segue construindo sua trajetória por meio de leituras que possam sustentar seu projeto de vida:

Teve uma coisa assim que me ajudou [. . .]. É um livro de auto-ajuda, [. . .] é importante assim: você leva uma vida agitada, mas pára. Não no sentido de parar e cruzar os braços e não fazer nada, mas parar um pouco. Pare para perguntar e para refletir: O que eu estou fazendo é importante? Vale a pena fazer aquilo que eu estou fazendo? Por que eu estou fazendo isto? O que é mais importante para fazer? Este questionamento para mim foi interessante. Parar um pouco, pode ser um minuto, uma hora. Mas de vez em quando eu coloco esta pergunta: “Isto que eu estou fazendo vale?” Podia estar fazendo outra coisa mais importante, é claro.[. . .]. Mas agora, este livro, por exemplo, me levou a esta reflexão, pra mim é boa porque me tranquiliza em relação a enfrentar esta realidade da idade mais avançada.

O plano de carreira existente em algumas instituições possibilita ao trabalhador progredir nas posições hierárquicas até o posto máximo. Conquistando por mérito e/ou tempo de serviço funções distintas em cargos mais altos, ele tem consciência de que sua carreira tem um período inicial, um intermediário e um final, quando, então, chega o momento de aposentar-se. Para um sujeito, o trabalho exercido em outro espaço e que lhe proporcionou essa perspectiva foi um aprendizado para a preparação para o jubramento:

[. . .] um dia tinha que chegar neste ponto, mas assim, primeira coisa, [. . .], talvez, isto (tipo de organização do antigo local de trabalho) tenha sido uma escola boa pra mim. Saber que eu ia subindo, subindo, subindo, chegava ao máximo e aí por meu pedido, por meu querer: quero ir embora — e vou continuar ganhando um bom ordenado. [. . .] do outro eu sabia que ia chegar lá, é a lei. (S₄).

Algumas condições de trabalho, como os relacionamentos nele estabelecidos, podem ser fatores facilitadores do desligamento imposto ao trabalhador. Como abordado anteriormente na fala de um dos sujeitos, o desapontamento com as novas configurações que delineiam a universidade permitiu-lhe estar mais preparado para o momento de sua saída. Outra consideração a ser feita nessa perspectiva são as alterações da organização institucional, que levam os trabalhadores a acompanhar os progressos tecnológicos, integrando a informática no modo de administrar as suas aulas, o que não é o seu caso. É assim que, em seu modo de pensar, o jubramento passa a representar uma forma de dar lugar aos mais jovens, pois, quando os padrões da instituição alteram-se,

[. . .] a gente não se localiza mais, as pessoas mudaram, os ambientes mudaram, a política mudou, a gente está como peixe fora d'água, o modo de falar, a gente não se encontra mais. Por uma série de mudanças que houve na universidade, daí eu saí de lá sem muito estímulo, sem muita razão de voltar para lá, de rever o ambiente, que a coisa vai mudando muito rapidamente. [. . .] Ela se tornou uma grande comunidade perante a sociedade e aquele ambiente mais familiar, aquele grupo da gente, foi aos poucos diminuindo, uns morrendo, outros se aposentando, foi se diluindo. Então, novas pessoas, com nova mentalidade, com nova filosofia, com nova ideologia, etc. e tal. Então todo o clima se tornou diferente. [. . .] tudo tem seu tempo, parece assim que também tem a noção exata das coisas, por exemplo, [. . .] eu já me sentia um peixe fora d'água porque, porque tudo estava na base da informatização, tudo na base do computador, trabalhos, provas, textos, tudo no computador e eu [. . .] não tenho o traquejo, eu já via que ficava feio você não ter assim a compreensão para poder manipular o computador, [. . .] até traquejar leva um pouco de tempo, né. Então, por já por aí eu via que a minha vez já passou. (S₁).

Outros sujeitos apontam para a questão das dificuldades existentes na execução de seu trabalho apenas quando o jubramento entrou em pauta. É provável que não as tenham mencionado por terem surgido apenas quando próximos de serem afastados da universidade. Como estavam insatisfeitos com algumas contingências no trabalho, pensar em romper com elas torna-os mais bem preparados para o afastamento das atividades profissionais:

[. . .] eu na minha vida nunca quis deixar, desde que eu comecei a lecionar, nunca quis deixar de lecionar. [. . .] vêm tantas coisas, um novo diretor com novas idéias, tudo isto, que não parece que não são aquelas que seriam as melhores e isto tudo chateia a gente. [. . .]. Então você tem vontade realmente de largar tudo, de ir embora: “O que é que eu tô fazendo aqui?” O que eu tinha que fazer eu já fiz, então eu tenho que ir embora. (S₇).

O trabalho mostra-se ambíguo na medida em que nele encontram satisfação e, ao mesmo tempo, exigências de horários fixos e da realização de tarefas rotineiras, determinadas pela própria instituição. Alguns sujeitos articularam propostas de atividades pós-jubilamento, dimensionando suas vidas a partir delas. Esse modo de proceder permitiu-lhes ver que o jubramento não era unicamente um destituído de satisfações, mas uma forma de liberá-los das práticas de disciplinamento. Dessa forma, eles conseguem

[. . .] ter mais liberdade, mais liberdade de poder fazer determinadas coisas que você não podia fazer quando você está preso no exercício de uma função. Hoje, por exemplo, se eu quero realmente sair, [. . .] se eu quero fazer uma viagem, se eu quero sair num fim de semana e voltar numa segunda ou terça-feira ou na quarta, tudo isto, eu posso fazê-lo. (S₇).

Como declara S₆, já não tendo mais o

[. . .] compromisso de trabalho com a entidade, certamente não sou mais empregado, não tenho mais um dono a quem prestar contas. [. . .] Eu agora faço um trabalho, agora eu acho que sou mais livre. [. . .] Mas você não tem uma liberdade de criar, de usar outro horário, de fazer trabalho em outro local. Você tem um dono e tem que cumprir esta obrigação, ao passo que o trabalho para mim ele é um trabalho mais livre. Você agora quer fazer um trabalho faz. Mas se você quer trabalhar em casa, trabalha em casa. Se você quer trabalhar fim de semana, trabalha fim de semana. Você quer estudar a distância, você estuda a distância e estuda o que você quer. [. . .] Eu sou livre para fazer aquilo que eu acho que é importante.

Entretanto, conforme França (1999), há pessoas que se vinculam a uma única área de interesse: o trabalho. Então, acabam, mesmo sem ter o intuito, construindo uma aposentadoria difícil. Alguns sujeitos não se prepararam para uma vida sem o trabalho de professor universitário, pois o jubramento não permitiu “[. . .] um jogo: Saio ou não saio?” Agora não dependia da minha vontade: eu vou sair, eu vou ter que sair. Então aí a preparação não...[. . .].” (S₈).

Mesmo quando houve a tentativa, S₃ não conseguiu, evocando a Deus para poder suportar as determinações estabelecidas pelos homens:

Tentei, mas não consegui. Muito sofrida. Tentava me imaginar assim: bom, seja o que Deus quiser, já cumpri uma parte da minha missão, tem que deixar pros jovens, eu tenho que entender isto. É tempo de eu parar segundo as leis dos homens, seja o que Deus quiser, que Deus me dê força pra poder não me deixar abater por isto.

Se o prazer obtido no trabalho não pode ser encontrado em outra atividade, torna-se difícil elaborar novos projetos. Assim, diante da ausência do exercício profissional e de outros planos para a vida, é possível entender o motivo pelo qual S₂ “[. . .] só sentia um vazio e comentava: “O que é que eu vou fazer?” Eu não tenho nada o que fazer, o que eu gosto é isto aí, eu não gosto de fazer mais nada, eu faço as outras coisas, mas eu não gosto disto, eu gosto é disso.”

Então, quais são as atividades atualmente exercidas pelos sujeitos? Alguns permanecem trabalhando em outras áreas de atuação profissional. Manter um trabalho pode ter motivos distintos: por ser o único *locus* de socialização externo ao grupo familiar e aceito por este; para sustentar o padrão de vida na medida em que os proventos da aposentadoria não são suficientes. Entretanto, há aqueles que prosseguem trabalhando, pode ser um meio de considerar-se útil ao empregar o conhecimento em algo, conforme esta elucidação: “[. . .] para mim é um prazer porque eu que fiz toda vida e eu me sinto útil ainda, apesar dos meus 71 anos, eu me sinto útil ainda de poder fazer alguma coisa. Então por isto é que não deixei aqui.” (S₅).

O trabalho, para as pessoas idosas, de acordo com Jacques (1997), é ressignificado pelos próprios limites sociais impostos. Dessa forma, a preocupação é ser ativo, buscando atividades remuneradas ou não, mas, de preferência, no espaço público, onde adquirem um reconhecimento social. Percebe-se que, embora um dos entrevistados aponte o seu desejo restritamente em continuar trabalhando para ajudar os outros, na medida em que é requisitado, sente-se útil e reconhecido pela sociedade:

Mas esta disposição para o trabalho me levou a continuar praticamente com o mesmo pique de trabalho. Por esta formação de que a pessoa tem que servir, que a pessoa tem que procurar ajudar as outras pessoas e tem que participar das coisas da comunidade. Então eu não me afastei destas atividades. [. . .] as solicitações são muito fortes, então a gente acaba assumindo aqui, assumindo lá. (S₆).

A mesma questão é evidenciada na fala de outro sujeito quando aponta seu interesse em prosseguir publicando artigos. No entanto, explicita a busca de sua utilidade e de ter o seu trabalho reconhecido:

[. . .] poder fazer as coisas em liberdade, para ser útil, mais trabalhos que dão prazer pra mim, que eu sei fazer e que eu sei que os outros realmente gostam. Tem uma série, oportunamente isto virá ainda então. Este tipo de trabalho assim é que eu estou pensando realmente em fazer, revistas, jornais, seja lá o que for, vamos por aí a fora, que eu to planejando e já conversando, tudo isto, vamos ver. (S₇).

Assistir à televisão como ocupação do tempo livre é uma atividade citada por todos os sujeitos. Segundo Dumazedier (2000), a busca de entretenimento e adaptação, o desejo de evasão e participação, de informação e formação desinteressada perfazem alguns dos possíveis interesses de assistir a programas televisivos: “[. . .] televisão, gosto muito de televisão, bons programas, entrevistas interessantes.” (S₇).

As leituras são apontadas por alguns entrevistados como um lazer importante para se manterem culturalmente atualizados e com suas faculdades mentais operantes:

[. . .] que continuo lendo, me esforçando, tudo isto. Quer dizer, deixar de ler nunca porque a leitura também leva a gente para o rejuvenescimento, renova, inclusive não só psiquicamente, mas fisicamente também né. O aspecto físico também você se sente realmente melhor se a tua cabeça é uma cabeça clara, uma cabeça que entende das coisas, que você muitas vezes também vê coisas, não, este é o meu mundo, este eu estou entendendo ainda então. (S₇).

No entanto, o hábito da leitura também configura-se no sentido apontado por Camargo (1992): como uma busca de informação, em suas diversas fontes, como livro, jornal, revista, mas direcionada basicamente pelo desejo de saber algo sobre determinado assunto ou para satisfazer uma curiosidade. Pode-se inferir que a despreocupação com leituras orientadas para o estudo deve-se à ausência de interlocutores interessados em suas exposições e indagações. Por isso, “desliguei bastante da parte de estudo. Eu faço as minhas leituras, jornal, revista, mas não aquela coisa de ter que produzir alguma coisa. Tem gente que diz que agora tem que escrever, tem que fazer isto, fazer aquilo.” (S₁).

Apenas um sujeito realiza caminhadas sistematicamente, procurando demonstrar-se um cuidador atento de sua própria saúde para garantir o seu bem-estar:

[. . .] eu tenho que dizer então dos exercícios físicos, a esposa e eu caminhamos sempre, tiramos uma hora para isto. Eu, pessoalmente para mim, também tenho estas aulas de natação que eu lhe falei. Então, eu nado para poder ter realmente mente sã em corpo são. Então, você tem que estar num corpo bom para você sentir prazer, então isto é lazer. Você está bem realmente com o seu corpo [. . .]. (S7).

O turismo foi apontado por alguns entrevistados como um lazer realizado esporadicamente, ao passo que, outros o designam como atividade que desejariam realizar, mas não podem por razões distintas: por não terem condições econômicas ou por estarem muito envolvidos com o trabalho que exercem atualmente. O interesse turístico, conforme Marcellino (1996), está incluído nos conteúdos culturais do lazer ao se caracterizar por uma quebra de rotina, pela procura de novas paisagens e conhecimento de outras culturas e costumes. O imaginário e o sonho antecedem as viagens, envolvendo o turista na busca de todas as informações possíveis sobre os locais que deseja visitar para melhor aproveitá-las. As viagens não se encerram no seu retorno, prolongam-se nas recordações e em sua socialização com amigos e familiares. Nelas se experimentam, de acordo com Morin (1975), a exaltação e o enriquecimento de si mesmo. Um dos sujeitos tem no turismo um dos componentes de seu projeto de vida:

Quer dizer isto é lazer, viajar, isto abre horizontes, abre a sua cabeça, vai encontrar-se com outras pessoas, com outros povos, com outros costumes, com outras instituições. Quer dizer, tudo isto faz com que você revolte a sua cabeça, faz uma reviravolta na sua cabeça. Você tem que ter um projeto: oh, eu tenho organizado para este ano fazer esta viagem. Então a gente vai se preparando: ah, tá chegando. E depois uma viagem [. . .], então você já pega uma parte realmente de preparação e depois quando volta da viagem vai contar, tudo isto. Então já tem alguma coisa e terminou isto, já tá projetando: “Ah, já tenho outra pra fazer e assim por diante.” Então a gente tem projeto porque o homem sem projeto de vida não adianta nada, ele se perde. (S7).

A família, em algumas narrativas, é considerada um lazer, pois os netos ocupam um espaço prazeroso em suas vidas. Para Salgado (2000), os avós são importantes para a dinâmica familiar na afetividade, cuidando dos netos, mesmo que ocasionalmente. A

própria família constitui-se em lazer, pois, conforme a autora, os avós estão desobrigados das múltiplas responsabilidades educacionais, o que torna o amor incondicional e o comprometimento gratificante. Também, cuidar dos netos é um fator importante para que as pessoas de mais idade possam se sentir úteis: “Depois que veio o meu neto, aí ele preenchia mais aquele tempo. [. . .] hoje ele não veio porque é sábado, mas eu pego ele, depois eles vêm pegar pra almoçar, então ele me completa.” (S₂).

A família e, em especial os netos, é o principal referencial das atividades de S₄:

Só a família. Agora, este ano tá mais calmo, mas o ano passado por exemplo, elas (netas), segunda têm música, terça têm tênis aqui no União e na sexta tinham preparação pra primeira comunhão. Então o ano passado eu tinha serviço a semana inteira pra cima e pra baixo. Agora já tão mais folgadas, já tão maiores também, já se determinam né. Meu filho, sobrou mais um tempinho, ele que tem levado porque a minha nora também sai de manhã e volta de tarde, nunca tem tempo. Então também neste tempo que eu vim pra cá, andando com as meninas, pegava do colégio, levava pra casa, dormiam em casa.

O lazer encontrado em atividades manuais e em tocar instrumentos musicais é realizado por um sujeito, por ter essas habilidades e pelo interesse em desenvolvê-las. A música serve para distrair a si ou ao grupo de amigos e quanto aos trabalhos manuais, considera-se que prevalece o sentido de obter reconhecimento quando seu produto é apreciado:

[. . .] ainda toco flauta, toco teclado, como digo, não vou tocar diante de músico e nem nada disso, mas para mim ou uma festinha assim ou coisa assim. E de fazer trabalhos manuais, estes dias estão preparando umas coisas aí para fazer uma exposição. (S₅).

Mexer com a terra e colher a pequena produção constituem-se para um entrevistado em

[. . .] um passa-tempo. [. . .] eu tenho uma pequena hortinha, tenho os meus canteiros, nem é horta, são canteiros. Então lá a gente planta, colhe, corta as gramas, se vira, né. É uma pequena ocupação que a gente tem, [. . .] lá é meu refúgio. [. . .] toda vida nós temos aquela horta, plantamos um pouquinho de verduras e coisa. Então eu me divirto aí passando o meu tempo [. . .]. (S₁).

Afastar-se do tumulto da vida urbana e encontrar a tranqüilidade em um recanto é o lazer referido por um sujeito: “[. . .] é o silêncio, bastante verde, bastante árvore, bastante flor. Nós temos um jardim muito bonito, a casa nossa é muito boa lá. [. . .] mas eu estaria morando a vida toda lá. Tem bastante passarinho cantando, se ouve aquilo é bonito [. . .].” (S₉).

Encontrar-se com os amigos, falar sobre amenidades, confraternizarem aniversários, reunir-se para assistir a uma partida de futebol são práticas freqüentes de S₈, embora não sistemáticas:

A gente tem alguns amigos que a gente periodicamente faz um churrasquinho, então ali a gente se reúne. [. . .] encontrar os amigos, isto eu acho importantíssimo. [. . .] uma vez por mês ou uma vez cada dois meses a gente se encontra. Fora disso, de vez em quando diz: “Hoje vamos assistir a partida de futebol? Então vamos assistir a partida de futebol”. Se não a gente vai fazer um churrasquinho ou o fulano ta de aniversário, vamos lá no aniversário dele, coisas deste tipo. Mas não assim, por exemplo, que todo dia 5, todo dia 10, a gente se reúne, é quando dá que todo mundo pode também.

As atividades que os sujeitos buscam realizar são uma perpetuação ou ampliação daquelas exercidas anteriormente ao jubramento. Mesmo quem permanece trabalhando já havia atuado na área. Essa continuidade fica evidente quando

[. . .] você se desligou dos compromissos de empregado de uma entidade, no caso da universidade e [. . .] aí continuou a fazer aquelas coisas que você fazia nos intervalos da sua profissão. Você não fica só trabalhando no emprego, você tem, além do emprego, outras atividades. Estas outras você vai aumentar, quando você deixa de trabalhar sistematicamente no seu emprego. (S₁).

Para S₁, as suas atividades atuais foram “uma coisa que apareceu ao natural”, não havendo a necessidade de uma preparação para o jubramento porque,

depois do sujeito estar estabelecido, ter conseguido alguns recursos e ter certa remuneração mensal garantida através da aposentadoria, dos rendimentos, aí o trabalho se torna de fato não mais um, no sentido de necessidade de sobrevivência econômica, mas uma necessidade mais psicológica, de ocupação, uma ocupação. Para o idoso, por exemplo, a pessoa de idade madura, que tem uma certa estabilidade econômica, de fato o trabalho é neste sentido, é mais uma questão de passa-tempo, uma ocupação, uma questão até de caráter psicológico, favorável a sua saúde e não tanto uma necessidade. Então não tem aquela pressão de ter que faturar para sobreviver, neste sentido, né.

Observa-se que, possivelmente, as condições de trabalho designadas por S₁ como desagradáveis restringiram o trabalho em seu significado de sobrevivência e como meio de obter poder de consumo. E a aposentadoria, ao oferecer essas mesmas prerrogativas, com outras ocupações tomando o lugar do trabalho, sem precisar de muito esforço, deu-lhe tranqüilidade: “[. . .] eu não estou preocupado em ter uma tarefa, um compromisso, uma coisa mais organizada e séria. Então, eu bem assim, este negócio de ter que estar ocupado, eu estou ocupado, mas com coisas diversas, leves, né.”

Pondera-se que as atividades, em si, não oferecem as condições para analisar se esses professores jubilados conseguiram reorganizar suas vidas pós-jubilamento, pois existem muitas semelhanças nos modos de ocupar o tempo livre. A preparação para o jublimento é determinante para o sentido que as atividades adquirem ao estabelecerem mudanças de prioridade. Quando não puderam efetivá-la, verifica-se uma narrativa ressentida, pois enquanto a vida de trabalho é exaltada e enaltecida de sentido, sem o trabalho, a vida é esvaecida de significado, por não se sentirem produzindo. Consideram-se, então, “uma pessoa sem utilidade, com utilidade só pra casa da gente. Que a gente estudou tanto, se preparou tanto, pra chegar a um ponto e ficar assim, né. [. . .] Eu seria mais útil se eu tivesse dando aula.” (S₂).

Nessa mesma perspectiva: “Eu não tenho mais utilidade assim pra empresa nenhuma. Não tenho mais a satisfação de poder estar trabalhando em alguma coisa que eu goste. [. . .] a falta de ter alguma coisa útil, produtiva pra fazer.” (S₈).

A desterritorialização é implacável ao destituí-los dos processos produtivos. Então, o que lhes resta é a sensação de impotência ante a desvalorização social: “Mas a gente tem que se conformar com isto.” (S₈).

S₈, primeiramente, refere não ter sido possível realizar uma preparação por estar diante de algo imposto, que lhe retirou a possibilidade de questionar-se: “Saio ou não saio.” Posteriormente, indagando-se sobre que atividades ocupariam o espaço do trabalho, teria respondido para si mesmo:

[. . .] Como agora eu não tenho mais (a outra instituição em que trabalhava), como agora não tenho mais universidade, agora eu vou passar mais tempo lendo. Eu sempre gostei muito de ler livros assim, variados e mesmo televisão, eu assisto bastante televisão.

Depois de retirar-se de seu antigo trabalho e posteriormente ser descartado pela UPF, nota-se que as atividades referidas por S₈ são as únicas que lhe restaram, o que não o diferencia do S₂, pois em ambos os casos não se alteraram valores e prioridades. Os investimentos não foram redimensionados para a vida desarticulada do mundo do trabalho, constituem-se em meros condicionamentos. A tendência da sociedade capitalista, segundo Jacques (1993), é excluir qualquer outra atividade como categoria de valor quando não remunerada financeiramente, por estar pautada sobre o mérito produtivo. Isso, para S₂ e S₈, torna as alternativas escassas, na medida em que permanecem habitando prioritariamente seus lares, onde se consideram inócuos à visibilidade social e desertados do mundo produtivo.

Os modos de S₂ e S₈ vivenciarem as atividades pós-jubilamento são distintos aos dos entrevistados que se prepararam para o jubramento. A preparação capacitou-os a investirem em suas atividades ao provocar uma alteração em suas prioridades, permitindo que as valorizassem, tornando-as significativas para o sentido de suas vidas. Julgam-se sujeitos ativos ao se reconhecerem diante da nova situação e ao terem-na construído. As necessidades, as satisfações e os desejos podem ser realizados quando são direcionados ao que investem valorativamente como sendo pertinentes a eles. São atividades em que buscam reconhecimento e utilidade, podendo ser sociais, quando trabalham, ou apenas pessoais, quando há uma ressignificação do ambiente familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aposentadoria como ato burocrático e formal não necessariamente representa uma ruptura com o mundo do trabalho. Entretanto, quando marca obrigatoriamente a passagem de uma vida dedicada a um exercício profissional à sua ausência, registra a velhice como período decadente, selando sua inutilidade social. Os significados do trabalho mantêm-se por continuar sendo uma prática que oferece integração e utilidade social, mas não há a possibilidade de sua concretização e de obter satisfação por meio dele mediante o jubramento. Quais seriam, então, as representações do trabalho, construídas durante trinta ou quarenta anos a ele dedicados?

Evidencia-se, a importância do trabalho para os sujeitos desta pesquisa, por integrarem-no aos princípios a serem transmitidos à família, como uma herança que deve ser passada às gerações. A família, como primeiro grupo socializador, engendra os valores da sociedade contemporânea, na qual apenas o homem produtivo conquista mérito e prestígio, o que lhe permite sua integração social; da mesma forma, propicia o desenvolvimento das capacidades humanas, oferecendo condições para a superação dos próprios limites. Entender-se como sujeito útil socialmente faz o trabalho prevalecer perante outras atividades. Neste estudo, o salário como recompensa pelo esforço, embora preponderante para um sujeito, é secundário para os demais, em face da satisfação proporcionada pela relação estabelecida entre professor e aluno.

Para os professores jubilados o contato com a juventude foi provedor de atualização recíproca quando seus questionamentos exigiam a realização de conexões teórico-empíricas talvez nunca antes realizadas. Essas indagações motivavam os professores a buscar conhecimento, num contínuo processo de construção e desconstrução de saberes. O

desenvolvimento da habilidade profissional proporcionado por esse processo era usufruído pelos alunos em sua formação acadêmica. Assim, os produtos do trabalho e as relações nele estabelecidas transformavam as suas próprias existências ao modificar pensamentos e modos de expressão, configurados numa identidade de trabalhador posta e re-posta nesse contexto; também possibilitavam que o desejo de ensinar fosse concretizado e que novas aspirações pudessem ser geradas. Os alunos, ao expressarem suas visões de mundo, seus modos de pensar e agir, permitiam aos seus professores a compreensão do mundo contemporâneo. Quando assim os sujeitos significam o trabalho de professor universitário, quais são as interpretações designadas ao ato institucional do jubramento?

É preciso apontar que alguns contribuíram diretamente na elaboração do Estatuto do Professor, ou indiretamente, quando silenciaram diante da decisão de incluir o jubramento em suas diretrizes. Portanto, há casos de professores que se encontraram submetidos a normas que eles mesmos ajudaram a estruturar quando jovens, tendo conseqüências determinantes na velhice. Observa-se que esses jovens de “ontem”, assim como os jovens de “hoje”, em geral, não se preocupam com práticas que ofereçam melhor qualidade para o seu ser velho de “amanhã”. É possível pensar que isso se deve aos modelos disseminados na cultura de massa e articulados aos modos de ser, que incentivam atitudes para evitar ao máximo a velhice, enquanto a preparação para a sua inevitabilidade (só a morte a impede) é renegada. Ante o exposto, é preciso observar que a propagação desses modelos pode oferecer a errônea impressão de que apenas se torna velho quem não tomou as devidas medidas para revogar a velhice. Desse modo, como aponta um dos professores jubilados: “o ser humano é suficientemente inteligente e sabe que no dia em que nasce está começando a morrer”, mas quando esta “passagem é uma coisa quase inconsciente, não se conscientiza, não fica a cada dia lembrando: to ficando velho”, pode parecer que é “uma coisa natural”, ocultando a importância da intervenção humana nessa trajetória.

O envelhecimento é inerente ao ser humano, mas o modo como cada um constrói esse processo depende do seu estilo de vida (quantidade e qualidade de relações sociais, cuidados com o corpo e mente, qualidade do trabalho, etc.) particularmente adotados e socialmente delimitados por condições políticas, econômicas e sociais. A política incorporada à instituição em que os sujeitos trabalhavam como professores universitários foi de dispensá-los ao chegarem aos setenta anos, segundo o entendimento de que,

provavelmente, nesse período existe uma diminuição da produtividade em virtude do declínio das faculdades mentais. O jubramento marca a inutilidade desses professores para a instituição e, em muitos casos, a inutilidade social. Da mesma forma, fortalece a reprodução do novo valor social de que os mais velhos, garantidos financeiramente pela aposentadoria, devem se afastar do trabalho para dar espaço aos mais jovens.

É de se esperar que os sujeitos contrários ao modelo generalizante de conceber a velhice percebam o jubramento como injusto, por se considerarem plenamente capazes de contribuir para o desenvolvimento da instituição. Em contraposição a esse modo de se julgar, um entrevistado aponta que, em realidade, o que “tão te dizendo que tu não és útil para a universidade, tu podes traduzir assim”. Entretanto, pensar em outros modos de tratar os seus antigos servidores é tarefa difícil, sem ter o objetivo de dar respostas, mas de fazer questionamentos, talvez: O mais adequado seria extinguir esse ato administrativo e preservar a autonomia dos sujeitos de decidirem sobre o momento de se retirarem? E se a saúde e o modo de atuação não condizem mais com as expectativas de quem os emprega, o melhor seria desenvolver o darwinismo social, mediante ações seletivas? Ou poderia existir a recontração por meio de concurso, competindo com outros professores? Contudo, não se configuraria como uma maneira de ter de provar sua competência, já que é exatamente isso que está sendo posto à prova? A universidade poderia dedicar um pouco do seu tempo em ajudá-los a reorganizar e ressignificar suas vidas na ausência de sua atividade profissional? A instituição e seus antigos professores teriam condições de co-construir espaços de forma a manter vínculos que satisfaçam ambas as partes?

Definir o que seria justo é realmente complexo, mas, certamente, a maioria dos sujeitos encontrou uma resposta simples e direta: permanecer trabalhando na mesma categoria profissional. Como não foi isso que ocorreu, quais as repercussões na velhice provocadas pelo interdito de uma vida de trabalho?

As relações sociais diminuíram ao não terem mais vínculos com os colegas de trabalho e com seus alunos. Foram destituídos de seus interlocutores, considerados como fonte de valorização de si próprios, quando havia uma escuta do discurso, numa linguagem veiculada pelo mesmo interesse. Essa é uma constatação frustrante para grande parte do sujeitos, pois fere a integridade quando são apontados como inúteis, ao contrário do modo como se percebem. Ser submetido a tal promulgação angustia e acarreta um sofrimento silencioso e penetrante, pois não encontram espaço na instituição para expressá-lo. Se

ontem foram algo para ela, como afirma um dos sujeitos, agora não são “mais nada.” Então, quando desterritorializados do seu *locus* de trabalho, quais são os outros territórios ocupados por esses sujeitos?

O trabalho atual constitui-se em um lugar onde podem apenas manter o seu padrão de vida, pois não é tão gratificante quanto o exercício profissional de professor. Entretanto, a preocupação de continuar ativo pode fazer com que busquem no espaço público o reconhecimento social, encontrando meios para se sentirem úteis. A casa é o território de encontros com os amigos, de ficar com a família, de fazer atividades manuais, de assistir à televisão. Ainda, a horta, a procura de refúgios distantes da vida urbana e as viagens turísticas com o objetivo de conhecer diferentes culturas são outras formas dos sujeitos ocuparem o tempo liberado do trabalho.

A aposentadoria compulsória configura uma nova perspectiva diante da ausência das rotinas criadas como professores, mas não necessariamente outros modos de habitar são construídos; em alguns casos, apenas se ampliam as antigas formas de ocupar o tempo. Evidencia-se uma diferença nas vinculações com as atividades exercidas, entendendo-se a preparação para o jubramento como uma condição de possibilidade geradora dessa distinção. Preparar-se para o que está por vir proporciona a ressignificação dos elementos que compõem a vida e a redefinição de prioridades; destina-se ao redimensionamento dos investimentos para a construção de territórios que ofereçam o sentimento de pertencimento e que possibilitem obter satisfação. Assim, propicia que a expressão de si mesmo se torne um meio de realização pessoal e não mero condicionamento, desprovido de significado e vazio de sentido para a existência.

Os sujeitos deram vida à instituição durante a prática profissional e o inverso é também verdadeiro. Os perfis de subjetividade construídos e desconstruídos, as identidades postas e re-postas no longo período de dedicação deixaram marcas materialmente visíveis nas dobras formadas em seus rostos, sinônimo de que os anos passaram e envelheceram com eles. Experiências de vida que lhes permitem um agenciamento de escolhas de modos de ser frente a despedida de uma atividade profissional e ao ingresso a um tempo por ela liberado e agora por eles determinado.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.
- ANTUNES, R. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ANTUNES, R (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Bom Tempo, 1997a. p. 71-84.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro. São Paulo: Forense/USP, 1981.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARROS, R. D. B. de; CASTRO A. M. de. Terceira Idade: o discurso dos *experts* e a produção do “novo velho”. *Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento*, Porto Alegre, v.4, p.113-124, 2002.
- BARROS, M. M. L. de. Envelhecimento, cultura e transformações sociais. In: PY, L.; PACHECO, J. L. et al (Org). *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: NAU, 2004. p. 39-60.
- BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BECKER, F.; TEIXEIRA, A. N. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. *Sociologias: metodologias informacionais*, Porto Alegre: UFRGS. IFCH, v.1, ano 3, n. 5, p.94-112, jan/jun, 2001.
- BIRREN, J. E.; SCHAIE, K. W. *Handbook of the psychology of aging*. 3. ed. San Diego: Academic Press, 1990.
- BEAUVOIR, S. *A velhice*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BENINCÁ, E. Prática pedagógica da sala de aula: princípios e métodos de uma ação dialógica. In: DICKEL, A. et al. (Org.). *Cadernos de Graduação 1. Ética e diálogo na prática pedagógica universitária*. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 19-31.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1997.

- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- BOTH, A. *Criação da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 1993.
- _____. Longevidade e educação: fundamentos e práticas. In: PY, L; NERI, A.L. et al. (Org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p.1110-1118.
- CAMARANO, A. A. *O idoso brasileiro no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro:2001. Disponível em : < <http://www.ipea.gov.br>>.
- _____. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: PY, L; NERI, A.L. et al. (Org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 58-71.
- CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer?*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CARLOS, S. A. et al. Identidade, Aposentadoria e terceira idade. *Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento*, Porto Alegre, v.1, p. 77-87, 1999.
- CACHIONI, M; PALMA, L. S. Educação permanente: perspectiva para o trabalho educacional com o adulto maduro e com o idoso. In: PY, L; NERI, A.L. et al. (Org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 1101-1109.
- CENCI, A. V. A ética e o professor na prática pedagógica universitária. In: DICKEL, A. et al. (Org.). *Cadernos de Graduação 1. Ética e diálogo na prática pedagógica universitária*. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 11-18.
- CIAMPA, A. da C. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- DEBERT, G.G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M. M. L. de (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 49-67.
- _____. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Fapesp, 1999.
- DECCA, E. de. *O nascimento das fábricas*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34, 1992.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva: Sesc, 1999.
- EIZIRIK, M. F. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- ERBOLATO, R. M. P. L. Relações sociais na velhice. In: PY, L; NERI, A.L. et al. (Org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p.957-963.
- FONSECA, T. M. G.; MAIRESSE, D. Sujeito, instituições e práticas sociais. In: SILVEIRA, A. F. et al. (Org.). *Cidadania e participação social*. Porto Alegre: Abrapsosul, 1999, p. 149-156.
- FONSECA, T. M. Modos de trabalhar, modos de subjetivar. In: FONSECA, T. M. (Org.). *Modos de trabalhar, modos de subjetivar: tempos de reestruturação produtiva: um estudo de caso*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 13-27.

- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. La ética del cuidado de sí como práctica de la libertad. In: *Estética, ética y hermenéutica*. Obras esenciales. v. III. Barcelona: Paidós, 1999. p. 393-415.
- FRANÇA, L. Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar. In: Veras, P. R (Org.). *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.;UERJ, Unati, 1999. p. 11-34.
- GOLDIM, J. R. Bioética e envelhecimento. In: PY, L; NERI, A.L. et al. (Org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p.85-90.
- GUARESCHI, E. A. *O processo de construção da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Editora UPF, 2001.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1989.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- JACQUES, M. da G. *Trabalho, educação e construção da identidade*. Tese (Doutorado em Educação) Pontífca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- _____. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: CODO, W. et al. (Org.). *Trabalho, organizações e cultura*. São Paulo: Anpepp, 1997. p. 41-47.
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- LÓPEZ-ARANGUREN, E. El análisis de contenido. In: FERRANDO, M. G. et al. (Org.). *El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación*. 2. ed. Madrid: Alianza, 1994. p.461-492.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v. 1-2.
- MAYER, N. *A crise do homem na meia idade: recomeçando a vida depois dos 40*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.
- MERCADANTE, E. Aspectos antropológicos do envelhecimento. In: NETTO, P. M. *Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada*. São Paulo: Ateheneu, 1996. p. 73-76.
- MILLS, C. W. A. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MINAYO, M. C. de S.(Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORAGAS, R. *Gerontologia social*. Barcelona: Herder, 1991.
- _____. *Gerontologia social*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.
- _____. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- MOTTA, L. B. Da. Repercussões médicas do envelhecimento. In: VERAS, P. R. (Org.). *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.; UERJ, Unati, 1999. p. 107-124.
- NERI, A. L. O Rótulo Social Quarta Idade e as implicações de seu uso pra o estudo da Velhice no Brasil. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 148-150, jan/jul. 1991.
- _____. Envelhecer bem no trabalho: possibilidades individuais, organizacionais e sociais. *A Terceira Idade*, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 7-27, abr. 2002.
- NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 51-66.
- NETTO, A. J.; SILVA, M. M. T. da. Velho, velhice: a nova semântica manifestada por diferentes grupos sociais na cidade de São Paulo. *Revista Gerontologia*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 183-187, dez. 1994.
- NEVES, R. A. *Cartografias do Social: estratégias de produção do conhecimento*. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, terceira idade...In: BARROS, M. M. L. de (Org.). *Velhice ou terceira idade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- PRETI, D. *A linguagem dos idosos*. São Paulo: Contexto, 1991.
- RAMOS, L. R. Epidemiologia do envelhecimento. In: PY, L; NERI, A.L. et al. (Org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 72-84.
- REQUIXA, R. *Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- RODRIGUES, N. C. *Conversando com Nara Costa Rodrigues: sobre gerontologia social*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2000.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- _____. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D (Org.). *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. São Paulo: Papirus, 1997. p. 25-34.
- SALGADO, M. A. *Velhice, uma nova questão social*. 2. ed. São Paulo: Sesc - Ceti, 1982.
- SALGADO, C. D. S. *Gerontologia social*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.
- SANTOS, M. de F. de S. *Identidade e aposentadoria*. São Paulo: EPU, 1990.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense/ Editora Unesp, 1992.
- SILVA, E. S. Prefácio. In: TITTONI, J. *Subjetividade e trabalho*. Porto Alegre: Ortiz, 1994. p. 7-9.
- SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- TITTONI, J. *Subjetividade e trabalho*. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

VERAS, R. P. *País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, 1994.

VERAS, R. P. O Brasil envelhecido e o preconceito social. In: VERAS, R. P. (Org.). *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, UnATI, 1999. p. 35-50.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Fui informado de que o objetivo desta pesquisa é estudar as relações entre trabalho e aposentadoria. Recebi informações específicas sobre os procedimentos nos quais estarei envolvido, realizados mediante entrevista sobre a minha história de trabalho até o período atual, enquanto aposentado. Estou ciente de que esta entrevista será gravada em fitas de áudio e posteriormente transcrita e permanecerá com esta mestranda para utilizá-la nesta pesquisa, sempre em caráter reservado. Os dados e resultados pessoais serão mantidos em sigilo e apenas os resultados globais serão divulgados.

Passo Fundo, _____ de _____ de 2003

Entrevistado

Tatiana Lima Both

Mestranda em Psicologia Social e Institucional da UFRGS